

(I) Memória

Autores: Kourken Michaelian e John Sutton
Tradutores: Fabrício Dutra e Susie Kovalczyk
Revisor: Danilo Fraga Dantas

A memória desempenha papéis importantes em muitas áreas da filosofia. Ela é vital para nosso conhecimento do mundo, em geral, e do passado pessoal, em particular. Ela sustenta nossas identidades como indivíduos e nossos laços com outras pessoas. Assim, o interesse filosófico pela memória remonta à antiguidade e tem permanecido proeminente ao longo da história da filosofia (Aho 2014; Bloch 2014; Burnham 1888; Herrmann & Chaffinn 1988; Nikulin 2015). Mais recentemente, a memória tem sido reconhecida como um tópico de grande importância filosófica por si só, com a emergência da filosofia da memória como um campo de pesquisa distinto (Bernecker & Michaelian 2017).

Grande parte do impulso para o surgimento do campo se deveu a uma tendência, iniciada no final dos anos 90, em direção a uma maior interdisciplinaridade entre os filósofos que trabalham com memória (Hoerl & McCormack 2001; Sutton 1998), uma tendência que revigorou e transformou debates filosóficos mais antigos, colocando-os em contato com desenvolvimentos empíricos e teóricos da psicologia e das ciências da memória de forma mais ampla. Para citar apenas dois exemplos entre os muitos discutidos a seguir, a pesquisa empírica sobre o caráter construtivo do lembrar tem intensificado os debates filosóficos sobre a viabilidade da influente teoria causal da memória (Robins 2016b) e o conceito associado de traços de memória (De Brigard 2014b), enquanto as estruturas teóricas que situam o lembrar como uma forma de viagem mental no tempo mental [*mental time travel*]¹ imaginativa têm conferido nova urgência aos debates de longa data sobre a relação entre memória e imaginação (Debus 2014; Perrin & Michaelian 2017).

¹ Nota dos tradutores [N. dos T.]: Após discussão com os integrantes do *Centre de Philosophie de la Mémoire* da Universidade Grenoble Alpes, incluindo um dos autores deste verbete, foi escolhida como tradução a expressão “viagem mental no tempo mental” para manter a ambiguidade presente na expressão original “mental time travel”. A expressão original inclui tanto a ideia de viagem mental no tempo quanto a ideia de viagem no tempo mental.

Apesar do caráter interdisciplinar da área, as preocupações dos filósofos da memória permanecem distintas daquelas dos pesquisadores da memória em outras disciplinas, e, embora este verbete discuta essas últimas, quando são de relevância filosófica direta, seu foco está diretamente voltado para as primeiras. Dados os papéis desempenhados pela memória em outras áreas, a filosofia da memória inevitavelmente se sobrepõe a muitos outros campos de pesquisa. Três áreas centrais de atividade podem, no entanto, ser discernidas, com a maioria dos pesquisadores abordando a memória sob a perspectiva da filosofia da mente, da epistemologia ou da ética. A maior parte deste verbete – seções 2-8 – se concentra na pesquisa sobre a memória a partir da perspectiva da filosofia da mente, frequentemente referida como a metafísica da memória (Bernecker 2008). Há um verbete separado sobre a epistemologia da memória², portanto, essa área é discutida apenas brevemente aqui, na seção 9. As questões-chave da ética da memória são revisadas na seção 10.

1. A Metafísica da Memória: Uma Visão Geral

Mais do que qualquer outra área, a metafísica da memória reflete a tendência para a interdisciplinaridade observada acima, e o trabalho nesta área às vezes se confunde com a filosofia da psicologia (Rowlands 2009) e a filosofia da neurociência (Bickle 2011). Trabalhos relevantes na filosofia da psicologia são discutidos aqui, conforme apropriado; para trabalhos mais especializados na filosofia da neurociência, veja o verbete sobre esse tópico³. O objetivo central da pesquisa dominante sobre a metafísica da memória é desenvolver uma *teoria do lembrar*: uma explicação geral, mas informativa, do que é, para alguém, lembrar-se de algo. Como veremos, no entanto, existem múltiplos tipos de memória. Não está claro se é viável desenvolver uma teoria do lembrar que se aplique a todos eles e, em última análise, pode se provar necessário desenvolver múltiplas teorias do lembrar, correspondentes aos múltiplos tipos de memória. (Algo semelhante pode ser feito para a epistemologia da memória [Teroni 2014].)

² N. dos T.: O autor faz referência ao verbete “Problemas Epistemológicos da Memória” da *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Nota do revisor [N. do R.]: O verbete “Problemas Epistemológicos da Memória” também está disponível neste volume.

³ N do R.: <<https://plato.stanford.edu/entries/neuroscience/>>.

O tipo particular de memória sobre o qual a maioria dos trabalhos mais recentes têm se concentrado recebeu vários nomes, mas, adotando a terminologia psicológica de Tulving (1972, 1985a), os filósofos cada vez mais se referem a ela como “episódica” (por exemplo, Hoerl 2007; Dokic 2014; Hopkins 2014; Perrin & Rousset 2014; Soteriou 2008). A terminologia pode ser nova, mas o foco não é (Brewer 1996). A memória episódica é, em termos gerais, memória para os eventos do passado pessoal e, começando pelo menos com Aristóteles (Sorabji 2006) e continuando com os primeiros filósofos modernos, incluindo Locke (1998), Hume ([1739] 2011) e Reid ([1785] 2002), os filósofos têm destacado e dado atenção especial à memória episódica pelo fato de que ela proporciona ao lembrante [*rememberer*] uma forma única de acesso aos eventos passados. Para alguns, de fato, apenas a memória episódica realmente merece o nome “memória” (Klein 2015; B. Russell 1921). Refletindo este enfoque, este verbete se ocupa principalmente das teorias do lembrar *episódico*: explicações sobre o que é, para alguém, lembrar um evento de seu passado pessoal.

Devido, talvez, ao seu foco na memória episódica, os filósofos geralmente abordam a memória como uma capacidade exercida por indivíduos isoladamente. Mas trabalhos recentes em diversas disciplinas têm começado a desafiar a abordagem individualista, e a metafísica da memória tem passado a incluir questões decorrentes da tradição de pesquisa sobre memória coletiva nas ciências humanas e sociais, que remontam a Halbwachs ([1925] 1994; cf. Barash 2016; Michaelian & Sutton no prelo), e que recentemente têm dado à luz ao campo multidisciplinar dos estudos da memória (Roediger & Wertsch 2008; Segesten & Wüstenberg no prelo). Também passou a incluir questões decorrentes da tradição mais recente de pesquisa sobre memória externa na ciência cognitiva, que vê o lembrar através das lentes de teorias da cognição distribuída (Hutchins 1995) ou da cognição estendida (Clark & Chalmers 1998). Embora o verbete se preocupe principalmente com a memória individual, essas questões mais recentes também serão discutidas.

2. Tipos de Memória

Antes de passar às teorias do lembrar episódico, será útil situar a memória episódica em relação a outros tipos de memória. Em seu sentido mais

amplo, “memória” se refere aos variados resultados das diversas formas de aprendizagem das quais os seres humanos e outros agentes são capazes. Qualquer modificação das tendências comportamentais de um agente como resultado de sua experiência, desse modo, conta potencialmente como memória, tornando a categoria de memória, de fato, muito ampla. Apesar da amplitude da categoria, entretanto, existe um consenso aproximado sobre uma taxonomia de tipos de memória humana.

2.1 A taxonomia padrão

Os filósofos geralmente distinguem três tipos principais de memória. Em tratamentos iniciais, Bergson ([1896] 1911) e Russell (1921), por exemplo, distinguiram memória de *hábito* de memória *recordativa* [*recollective memory*], enquanto Broad (1925) e Furlong (1951) distinguiram memória recordativa de memória *proposicional* (cf. Ayer (1956; D. Locke 1971)). Essas distinções se alinham razoavelmente bem com aquelas desenhadas por uma taxonomia que, originada na psicologia, tem se tornado, cada vez mais, padrão na filosofia mais recente.

2.1.1 Memória declarativa

A taxonomia em questão, desenvolvida em detalhes por Squire (2009), divide a categoria abrangente da memória em memória declarativa e memória não declarativa. A memória declarativa, por sua vez, é dividida em memória episódica, correspondendo aproximadamente à memória recordativa, e memória semântica, correspondendo aproximadamente à memória proposicional. Uma primeira tentativa de distinção entre memória episódica e semântica pode ser feita observando que a primeira está relacionada especificamente aos acontecimentos do passado pessoal do sujeito (por exemplo, lembro-me de falar em uma conferência em Budapeste), enquanto a segunda está relacionada com o mundo em geral (lembro-me de que Budapeste é a capital da Hungria). É crucial notar, no entanto, que a memória semântica, às vezes, também está relacionada com eventos passados. Alguém pode ter memórias que dizem respeito a eventos que não foram experienciados por ele mesmo (lembro que

meu colega falou em um workshop em Roma, embora eu não tenha assistido sua fala); quando alguém faz isso, lembra semanticamente, não episodicamente. De forma semelhante, alguém pode ter memórias que dizem respeito a eventos que esse alguém experienciou, mas que são do mesmo tipo de memórias para eventos que esse alguém não experienciou (lembro que visitei a Torre CN quando eu era criança, mas somente porque meus pais mais tarde me relataram a história); quando alguém faz isso, também lembra semanticamente, não episodicamente. Assim, a primeira tentativa de distinção entre memória episódica e semântica não nos leva muito longe. Fazer uma distinção mais adequada – fornecendo um critério de episodicidade – é um problema central para as teorias do lembrar episódico discutidas abaixo.

2.1.2 Memória não declarativa

A memória não declarativa é geralmente definida em termos negativos: uma forma de memória é declarativa se envolve a codificação [*encoding*], o armazenamento [*storage*] e a evocação [*retrieval*] de conteúdo que o sujeito pode, pelo menos em princípio, trazer à consciência; ela é não declarativa se não o faz (Squire 2009). Além dessa característica negativa, os vários tipos de memória não declarativa podem não ter muito em comum uns com os outros. Por exemplo, a memória não declarativa inclui o *priming*, que ocorre quando a resposta de um sujeito a um determinado estímulo é afetada por sua exposição anterior a estímulos relacionados (por exemplo, reconheço a palavra “Toronto” mais rapidamente após ver “CN Tower” do que após ver “Coliseu”). Também inclui a memória procedural, correspondendo aproximadamente à memória de hábito, o tipo de memória em ação quando um sujeito manifesta sua capacidade de executar uma ação hábil (eu me lembro de como andar de bicicleta).

Há relativamente pouca pesquisa filosófica sobre memória procedural, e esse tipo de memória não será discutido em detalhes aqui. Isso não deve, entretanto, ser entendido como implicando que não é de grande interesse filosófico. Em termos epistemológicos, enquanto a memória declarativa está relacionada à categoria do saber que, a memória procedural está relacionada à categoria do saber como: pode-se saber ou lembrar como fazer algo sem entreter conscientemente qualquer conteúdo relevante e sem ser capaz, mesmo

em princípio, de entreter conscientemente qualquer conteúdo desse tipo. Portanto, pesquisas futuras sobre memória procedural podem se basear no trabalho clássico (Ryle [1949] 2009) e contemporâneo (Stanley 2011), sobre a relação entre o 'saber que' e o 'saber como'.

Tais pesquisas também poderiam se basear em trabalhos recentes sobre cognição corporificada [*embodied cognition*] (Myin & Zahidi 2015; Sutton 2007; Sutton & Williamson 2014) e cognição enativa [*enactive cognition*] (Hutto & Myin 2017; Loader 2013). Mesmo que as abordagens enativistas não sejam mais discutidas aqui, deve-se notar que há potencial para convergência entre essas abordagens e as abordagens wittgensteinianas mais antigas da memória. Wittgenstein (1980) sugeriu – em oposição às explicações baseadas em traços – que lembrar pode, sob certas circunstâncias, equivaler a fazer ou dizer algo, em vez de evocar o conteúdo armazenado (Moyal-Sharrock 2009; O'Loughlin no prelo). Isso ressoa com a insistência enativista na centralidade da ação para a cognição, mas leituras conexionistas de Wittgenstein sobre memória (Stern 1991) também foram propostas, e resta saber se a complementação de abordagens enativistas com Wittgenstein lança alguma luz adicional sobre a natureza do lembrar (Sutton 2015).

2.2 Taxonomias alternativas

A taxonomia de Squire tem sido extremamente influente, mas taxonomias alternativas têm sido propostas tanto em psicologia quanto em filosofia. Na psicologia, Atkinson e Shiffrin (1968) propuseram um modelo de multiarmazenamento [*multi-store model*] em que os tipos de memória são diferenciados em termos de sua duração temporal. A memória de ultracurto prazo [*ultra short term memory*] refere-se à persistência de informações sensoriais específicas à modalidade por períodos de menos de um segundo. A memória de curto prazo [*short term memory*] refere-se à persistência da informação por até trinta segundos; a memória de longo prazo, que recebe informação da memória de ultracurto prazo, está, até certo ponto, sob controle consciente, mas é caracterizada por uma capacidade limitada. A memória de longo prazo [*long term memory*] se refere ao armazenamento de informação por períodos de tempo indefinidamente longos; a memória de longo prazo recebe

informações da memória de curto prazo e é caracterizada por uma capacidade efetivamente ilimitada. Embora essa taxonomia não faça distinção entre tipos de memória de longo prazo importantemente diferentes – em particular, ela não faz distinção entre memória episódica e semântica – ela tem sido aplicada produtivamente em pesquisas psicológicas. Com raras exceções (Werning & Cheng 2017), no entanto, ela não tem inspirado discussões filosóficas.

Na filosofia, Bernecker (2010) propôs uma abordagem puramente gramatical, argumentando que os tipos de memória são dados pelos tipos de objetos que o verbo “lembrar” pode tomar. Ele, assim, distingue entre memória para objetos, memória para propriedades, memória para eventos e memória para proposições ou fatos. Embora uma abordagem gramatical possa parecer natural para muitos, em filosofia, essa taxonomia particular não foi, até o momento, amplamente adotada. Isso pode ser devido, em parte, ao fato de que, como a base da taxonomia é puramente linguística, ela tem dificuldade em distinguir entre memória episódica como tal, que é discutivelmente caracterizada por uma fenomenologia particular, e mera memória de eventos, que carece dessa fenomenologia (Schechtman 2011). Também, pode ser, em parte, devido ao fato de que, por ser transversal às categorias empregadas pela taxonomia padrão, é difícil aplicar a taxonomia de Bernecker a estudos que dependem dessa última.

2.3 Outros tipos de memória

Independentemente de seus méritos, a taxonomia padrão omite certos tipos de memória que devem figurar em qualquer teoria completa do lembrar.

2.3.1 Memória de trabalho

A memória de trabalho [*working memory*], que corresponde aproximadamente à memória de curto prazo de Atkinson e Shiffrin, refere-se a uma capacidade de manipular ativamente um número limitado de itens em uma área de trabalho consciente (Baddeley 2007). Há algumas pesquisas filosóficas sobre memória de trabalho (Block 2007; Carruthers 2015; Feest 2011), mas o tópico tem sido, até agora, em grande parte, inexplorado na filosofia da memória *mainstream*, e, portanto, não será mais discutido neste artigo.

2.3.2 Memória prospectiva

A memória prospectiva se refere à capacidade de se lembrar de realizar uma ação planejada ou de executar uma intenção. As falhas na memória prospectiva são de considerável importância no dia a dia e frequentemente causam alguma preocupação pessoal. O trabalho experimental e naturalístico sobre memória prospectiva floresce agora em psicologia (McDaniel & Einstein 2007), e há considerável discussão sobre como ela se relaciona com outras formas de memória e com outros processos cognitivos. A memória prospectiva ainda não foi muito abordada em filosofia, mas isso provavelmente mudará, dada sua relevância para a compreensão das ligações entre intenção e ação e para outras formas de pensamento orientado para o futuro.

2.3.3 Memória autobiográfica

A memória autobiográfica se refere ao conhecimento que alguém possui não apenas de episódios específicos do passado, mas também de períodos inteiros da vida, bem como do curso geral de sua vida (Berntsen & Rubin 2012). Há uma boa dose de pesquisa filosófica sobre a memória autobiográfica, muitas vezes se baseando em explicações da narratividade. A relação entre a memória autobiográfica e outros tipos de memória é descrita de diferentes maneiras por diferentes autores, mas, na maioria dos casos, a memória autobiográfica é tratada como uma capacidade complexa que emerge através da interação de tipos mais básicos de memória. Assim, é improvável que seja um tipo de memória comparável àquelas reconhecidas pela taxonomia padrão, que correspondem a sistemas encefálicos específicos. As explicações existentes sobre a memória autobiográfica são discutidas na seção 7, abaixo.

2.4 Tipos naturais na pesquisa da memória

Os psicólogos têm estudado centenas de tipos diferentes de memória, além daquelas descritas acima. Muitos deles são definidos em termos de tarefas de laboratório específicas, e é pouco provável que sejam qualificados como *tipos naturais* (Tulving 2007), tipos que fatiam a natureza – neste caso, a mente – em

suas articulações⁴. Mas, mesmo que apenas os tipos reconhecidos pela taxonomia padrão sejam considerados, não é óbvio se algum tipo particular de memória, ou mesmo a memória como um todo, é um tipo natural.

O ponto de partida óbvio aqui é a visão de que a memória é de fato um tipo natural. Michaelian (2011b), entretanto, sugeriu que a memória não é um tipo natural, argumentando que, uma vez que apenas a memória declarativa envolve a codificação, armazenamento e evocação de conteúdo, a memória declarativa e a memória não declarativa são nitidamente distintas uma da outra. Isso é consistente com a visão de que a memória declarativa é um tipo natural, mas Klein (2015) tem rejeitado até mesmo essa última visão, alegando que, como a memória episódica envolve necessariamente uma fenomenologia particular, a memória episódica e a memória semântica são nitidamente distintas. Em resposta, Michaelian (2015) apelou aos casos em que os sujeitos parecem ter a memória episódica intacta apesar de terem prejuízo na fenomenologia episódica (Klein & Nichols 2012) para argumentar que a fenomenologia em questão não é, estritamente falando, uma característica necessária da memória episódica. Se essa sugestão estiver correta, então, a memória declarativa pode, no final das contas, ser um tipo natural. Mas, mesmo que a memória declarativa não seja um tipo natural, a memória episódica ainda pode ser um tipo natural. Cheng e Werning (2016), por exemplo, argumentaram, com base em sua “análise de sequência” do lembrar – uma variante da teoria causal da memória, introduzida na seção 4, abaixo – que a memória episódica é, de fato, um tipo natural.

Embora haja alguns trabalhos sobre a questão de se a memória episódica é ou não um tipo natural, a questão de se outros tipos de memória, além da memória episódica, são ou não tipos naturais permanece quase inteiramente inexplorada. Trabalhos futuros, aqui, podem tanto se basear no debate entre sistemas e visões de processo da memória quanto contribuir para

⁴ N. dos T.: A expressão “fatiar a natureza [...] em suas articulações” (do inglês “*carve nature [...] at its joints*”) deriva do diálogo Fedro, de Platão, em que foi utilizada como metáfora para explicar a realidade das formas. O presente verbete, assim como a filosofia da ciência atual, se apropria dessa metáfora para falar sobre o tema dos tipos naturais. “Disciplinas científicas frequentemente dividem os particulares que elas estudam em *tipos* e teorizam sobre esses tipos. Dizer que um tipo é *natural* é dizer que ele corresponde a um agrupamento que reflete a estrutura do mundo natural em vez de interesses e ações de seres humanos.” (BIRD, A.; TOBIN, E. NATURAL KINDS. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Spring 2022 Edition. Edward N. Zalta (ed.)).

resolvê-lo (Bechtel 2001; Foster & Jelicic 1999; Schacter & Tulving 1994). De acordo com as visões de sistemas, a memória consiste em múltiplos sistemas independentes que interagem de várias maneiras. De acordo com as visões de processo, em contraste, a memória é uma capacidade unitária que é empregada de diferentes maneiras em resposta a diferentes demandas. O debate outrora animado entre partidários das visões de sistemas e partidários das visões de processo agora, em grande parte, se extinguiu. No entanto, ele não foi claramente resolvido a favor de nenhum dos campos, e o progresso no sentido de resolvê-lo pode ser feito colocando as evidências disponíveis em contato com teorias detalhadas de tipos naturais.

3. Episodicidade

Como observado acima, o tipo de memória sobre a qual o trabalho mais recente tem se concentrado é a memória episódica. Memória episódica é, em termos gerais, a memória para os eventos do passado pessoal, mas não é qualquer forma de pensar sobre um evento do passado pessoal que equivale a lembrar-se episodicamente dele. Por um lado, é possível, como já mencionado acima, que um sujeito se lembre de um evento não apenas episodicamente, mas também semanticamente. Assim, um problema central para uma teoria do lembrar episódico é distinguir entre memória episódica e memória semântica, ou seja, fornecer um critério para a *episodicidade* da memória episódica. A presente seção discute as tentativas para resolver esse problema, que tem recebido muita atenção nos últimos anos. Por outro lado, é possível não apenas lembrar-se de um evento, mas também imaginá-lo. Assim, outro problema central para uma teoria do lembrar episódico é distinguir entre memória episódica e imaginação episódica, ou seja, fornecer um critério para a *mnemidade* da memória episódica. A seção 4 discute as tentativas de resolver esse problema que historicamente têm recebido mais atenção.

3.1 Conteúdo de primeira ordem

No trabalho inicial de Tulving (Tulving 1972), a memória episódica foi entendida como uma memória *o-que-onde-quando* – em outras palavras, como

um sistema dedicado a armazenar e evocar informações sobre eventos passados particulares. A memória episódica foi, assim, distinguida da memória semântica em termos do tipo de conteúdo de primeira ordem ao qual ela diz respeito. Essa abordagem da episodicidade baseada em conteúdo de *primeira ordem* é atrativamente direta, mas ela não reconhece que a memória semântica também pode fornecer informações sobre eventos passados particulares. Além disso, não capta o que, para muitos, pareceu ser a característica mais distintiva da memória episódica, nomeadamente, a sua fenomenologia característica.

À luz desses problemas, muitos pesquisadores abandonaram abordagens baseadas em conteúdo de primeira ordem em favor das abordagens baseadas em conteúdo de segunda ordem e das abordagens *fenomenológicas* discutidas abaixo. Alguns pesquisadores, entretanto, particularmente aqueles interessados na memória animal, continuam a empregar abordagens baseadas em conteúdo de primeira ordem. A abordagem baseada em conteúdo de segunda ordem, como veremos, impõe exigências conceituais significativas aos lembrantes, exigências essas que os animais dificilmente poderão atender. E a abordagem fenomenológica não é aplicável diretamente à memória animal, já que nos falta acesso à fenomenologia animal. O critério o-que-onde-quando da episodicidade, em contraste, é experimentalmente tratável, e as pesquisas que o empregam têm fornecido importantes *insights* sobre as habilidades de várias espécies não humanas para lembrar eventos passados. Alguns pesquisadores acham conveniente introduzir um conceito de memória *episodesca* [*episodic-like memory*], visando estar livre de quaisquer conotações fenomenológicas (Clayton & Dickinson 1998). O conceito de memória episodesca pode fornecer um meio de conciliar a pesquisa sobre memória episódica animal com a influente hipótese de Bischof-Köhler (Suddendorf & Corballis 2007), segundo a qual os animais estão “presos no tempo”. No entanto, a hipótese de Bischof-Köhler é, por si só, controversa (Hoerl 2008), e a legitimidade do conceito de memória episodesca continua sendo motivo de controvérsia (Droege 2012; Keven 2016; Malanowski 2016; J. Russell & Hanna 2012).

3.2 Conteúdo de segunda ordem

Abordagens baseadas em conteúdo de segunda ordem entendem a memória episódica como fornecendo ao lembrante dois tipos de informações: informações de primeira ordem sobre o evento lembrado em si (como na abordagem baseada em conteúdo de primeira ordem) e informações de segunda ordem sobre a relação entre o evento e a memória ocorrente que o sujeito tem desse evento. Essas abordagens distinguem, assim, a memória episódica da memória semântica, em termos do caráter *autorreflexivo* de seu conteúdo. McCormack e Hoerl, por exemplo, enfatizam a compreensão que o lembrante tem de sua relação temporal com o evento (Hoerl 2001; McCormack & Hoerl 2001, 2008), enquanto Fernández enfatiza a compreensão que o lembrante tem de sua relação causal com o evento (2006, 2008a, b).

O critério de autorreflexividade da episodicidade é intuitivamente atraente, mas não é isento de implicações potencialmente problemáticas. Ele implica, como observado acima, que animais não humanos (assim como crianças pequenas) são incapazes de lembrar episodicamente, uma vez que apenas criaturas com capacidades conceituais relativamente sofisticadas – incluindo a capacidade de representar tempos passados como passados e de representar o *self* como uma entidade duradoura – são capazes de entreter os conteúdos de segunda ordem relevantes. Este critério também implica que exista uma diferença importante entre os conteúdos das memórias evocadas e os conteúdos das experiências originais correspondentes, uma vez que considera que as memórias incluem conteúdo – nomeadamente, o seu componente de segunda ordem, autorreflexivo – que não está incluído nas experiências. Alguns, entretanto, têm visto essa última implicação de forma positiva, argumentando que o fato de a memória episódica gerar novos conhecimentos – ao informar o sujeito não apenas sobre *o que* aconteceu no passado, mas, também, *que* ele sabe o que aconteceu porque o experienciou – é, de fato, uma de suas características definidoras (Dokic 2014; Fernández 2015a).

3.3 Fenomenologia

As abordagens fenomenológicas, que têm implicações semelhantes, têm sido populares na psicologia recente, com Tulving, *inter alia*, abandonando a abordagem de primeira ordem em favor de uma abordagem que enfatiza a fenomenologia do lembrar episódico (Tulving 2002; cf. Dalla Barba 2002, 2016). As abordagens fenomenológicas também têm sido populares, há muito tempo, na filosofia. Hume ([1739] 2011), por exemplo, argumentou que a memória é acompanhada por um sentimento de força e vivacidade. Russell (1921) associou a memória a um sentimento de familiaridade e a um sentimento de passadade [*feeling of pastness*]. E Broad (1925) argumentou, mais especificamente, que o sentimento de passadade é inferido a partir do sentimento de familiaridade. Na literatura contemporânea, Dokic (2014) argumentou que a memória episódica envolve um sentimento episódico de conhecer.

O sentimento de conhecer, como geralmente entendido, refere-se ao senso de que se será capaz de evocar da memória as informações necessárias. O sentimento episódico de conhecer defendido por Dokic, em contraste, refere-se ao senso de que a memória evocada, de um evento, tem origem na própria experiência do evento. O conceito de um sentimento episódico de conhecer é, assim, próximo do conceito de consciência auto-noética [*autonoetic*] proposto pela primeira vez por Tulving (1985b). Auto-noese se refere à consciência do *self* no tempo subjetivo – um conceito que pode ser explicado, grosso modo, como um sentimento de viajar mentalmente através do tempo mental para reexperienciar um evento – que é característico do lembrar episódico. Klein (2015) fez um argumento contundente para tratar a auto-noese como um critério de episodicidade, e a ideia de que um senso de viajar mentalmente através do tempo mental é a marca distintiva da memória episódica se encaixa bem em nossa experiência em primeira mão do caráter reexperiencial do lembrar.

Essa ideia, no entanto, levanta uma série de questões difíceis. Uma dessas questões diz respeito à relação da consciência auto-noética com outras formas de consciência. Tulving contrasta a consciência auto-noética (que envolve conhecimento de si) com a consciência noética [*noetic*] (que envolve conhecimento) e a consciência anoética [*anoetic*] (que não envolve conhecimento [*nonknowing*]), em que a consciência noética se refere à

consciência [*consciousness*] do lembrar que acompanha a memória semântica, e a consciência anoética se refere a uma consciência [*awareness*] básica da experiência ocorrente. As relações entre essas formas de consciência são complexas (Vandekerckhove & Panksepp 2009) e ainda precisam ser exploradas em detalhes pelos filósofos. Suas relações com a forma de consciência temporal [*consciousness*] em questão na consciência [*awareness*] do fluxo contínuo do tempo (Arstila & Lloyd 2014; McCormack 2015) também ainda não foram exploradas. Outra questão diz respeito ao papel da autoconsciência em formas de *viagem mental no tempo mental* que não a memória episódica. A memória episódica é, cada vez mais, entendida como uma forma de *viagem mental no tempo mental* orientada para o passado, em pé de igualdade com a *viagem mental no tempo mental* orientada para o futuro, ou o pensamento episódico futuro (Suddendorf & Corballis 2007). Enquanto a visão padrão é a de que a autoconsciência é uma característica necessária tanto da memória episódica quanto do pensamento episódico futuro, alguns pesquisadores têm questionado a necessidade da autoconsciência para o pensamento episódico futuro (De Brigard & Gessell 2016; Klein 2016a; Klein & Steindam 2016; Perrin 2016).

3.4 Perspectivas funcionais sobre a episodicidade

Outros pesquisadores argumentaram que a autoconsciência é uma característica contingente até mesmo da memória episódica. Isso prejudicaria seu status como um critério de episodicidade, mas, independentemente de a autoconsciência ser considerada uma característica necessária ou apenas contingente da memória episódica, não é imediatamente óbvio por que nós deveríamos ser capazes de memória episódica autoconsciente – em oposição à mera memória o-que-onde-quando – de qualquer forma. De fato, explicar qualquer forma de memória episódica em termos funcionais tem se mostrado um desafio difícil, e os pesquisadores têm proposto uma gama de explicações em termos de orientação ao passado, orientação ao futuro ou contrafactuais, e metacognição.

As explicações orientadas *ao passado* apelam para incompatibilidades funcionais entre memória episódica e memória procedural (Sherry & Schacter 1987) ou memória semântica (Klein, Cosmides, Tooby & Chance 2002). O pensamento por trás de tais explicações é que é adaptativamente benéfico ter

acesso a informações sobre eventos passados particulares, em oposição às características recorrentes de eventos que são refletidas na memória semântica ou procedural; tais informações poderiam, por exemplo, nos permitir reavaliar impressões gerais sobre os outros, que são formadas com base em seu comportamento passado (Klein et al. 2009). As explicações orientadas ao passado são plausíveis no que diz respeito à função da memória o-que-onde-quando, mas não identificam uma função que poderia ser realizada apenas quando a informação o-que-onde-quando é acompanhada de consciência autoéctica. As explicações *orientadas ao futuro* e as explicações *contrafactuais* apelam para a ligação entre memória episódica e pensamento episódico futuro (Suddendorf & Corballis 2007; Tulving 2005) ou pensamento episódico contrafactual (De Brigard 2014a). O pensamento por trás de tais explicações é que é adaptativamente benéfico se preparar para eventos futuros antecipando-os diretamente (no pensamento episódico futuro) ou considerando resultados alternativos a eventos passados (no pensamento episódico contrafactual); a capacidade de lembrar eventos passados pode, então, ser explicada como um subproduto da capacidade de imaginar eventos futuros ou contrafactuais. Alinhado a essas explicações, tem sido sugerido que a viagem mental no tempo mental orientada ao futuro pode contribuir para reduzir a desvalorização pela demora [*delay discounting*] (Boyer 2008). Também, tem sido sugerido que o nicho cognitivo humano inicial pode ter envolvido seleção para uma capacidade de planejamento antecipatório (Osvath & Gärdenfors 2005), uma sugestão que ressoa com visões que ligam a viagem mental no tempo mental a outras capacidades cognitivas, como a linguagem, que parecem ser exclusivas dos seres humanos (Corballis 2011; Ferretti & Cosentino 2013; Suddendorf 2013).

As explicações orientadas ao futuro e as explicações contrafactuais, assim como as explicações orientadas ao passado, são plausíveis no que diz respeito à função da memória o-que-onde-quando, mas não identificam uma função que só poderia ser realizada quando a informação o-que-onde-quando é acompanhada de consciência autoéctica. Em contraste com essas explicações, as explicações *metacognitivas* se concentram especificamente na autoconsciência, sugerindo que essa forma de consciência pode desempenhar um papel metacognitivo. Uma possibilidade aqui é que a autoconsciência, ela mesma,

fundamente diretamente um senso de certeza subjetiva de que um evento aparentemente lembrado realmente aconteceu, permitindo ao sujeito agir com base em informação lembrada em vez de se deixar levar pela incerteza (Klein 2014; Tulving 1985a). Outra possibilidade é que a autoconsciência sirva como um dos vários critérios explorados por processos metacognitivos de monitoramento que permitem ao sujeito diferenciar se ele está lembrando ou imaginando. Uma possibilidade relacionada é que a autoconsciência permita que o sujeito assuma responsabilidade epistêmica por suas afirmações sobre o passado, desempenhando, assim, em última instância, um papel comunicativo (Mahr & Csibra no prelo). Enquanto essas explicações metacognitivas continuam especulativas, elas, pelo menos, começam a abordar a função da memória episódica autoconsciente.

4. Mnemonicidade

Assumindo que um critério de episodicidade possa ser identificado, resta identificar um critério de mnemonicidade – um critério que distinga lembrar de imaginar.

4.1 Lembrar e imaginar

A questão de como distinguir entre lembrar e imaginar é importantemente ambígua. Por um lado, às vezes, lembramos, mas o fazemos de uma maneira, de certa forma, inadequada; em tais casos, naturalmente dizemos que estamos “apenas imaginando”. Assim, a questão pode ser levada a se referir à distinção entre casos em que o sujeito lembra de forma bem-sucedida e casos em que ele lembra de forma *mal-sucedida*. Por outro lado, às vezes, pensamos no passado de uma forma que não equivale de maneira alguma a lembrar; em tais casos, também dizemos, naturalmente, que estamos “apenas imaginando”. Um critério de mnemonicidade deve, portanto, distinguir entre o lembrar de forma bem-sucedida ou mal-sucedida e entre o lembrar, bem-sucedido ou malsucedido, e o *mero imaginar*.

4.1.1 Lembrar malsucedido

Distinguir entre o lembrar bem-sucedido e o malsucedido requer identificar a diferença entre os casos em que o processo de memória resulta em uma memória genuína e os casos em que, em vez disso, resulta em um erro de memória, como a *confabulação* (Hirstein 2009). A questão de como distinguir o lembrar bem-sucedido do lembrar malsucedido, que resulta em erros de memória, é central para as teorias do lembrar discutidas abaixo, mas os filósofos também começaram a investigar os erros de memória propriamente ditos. Alguns deles têm considerado a relação entre a confabulação mnemônica e outras formas de confabulação (Bortolotti & Cox 2009; Hirstein 2005). Outros têm questionado se a confabulação e outros erros de memória não poderiam, de forma contraintuitiva, ter efeitos benéficos. Fernández (2015b), por exemplo, argumentou que mesmo memórias totalmente confabuladas podem, às vezes, ter benefícios adaptativos (mas veja Otgaar, Howe, Clark, Wang & Merckelbach 2015), enquanto Michaelian (2013) argumentou que o efeito da desinformação [*misinformation*], no qual informações inaccuradas relativas a um evento experienciado são incorporadas à memória do sujeito do evento (Loftus 1996), pode, sob certas circunstâncias, ter benefícios epistêmicos (mas veja Shanton (2011)). E outros têm tentado entender as relações entre erros de memória de diferentes tipos. Robins (2016a), por exemplo, explorou as relações entre o lembrar bem-sucedido, o confabular e o *misremembering*, caracterizando o lembrar como envolvendo tanto uma representação acurada de um evento quanto a retenção de informações da experiência do evento, o confabular como envolvendo uma representação inaccurada e nenhuma retenção de informações, e o *misremembering* como envolvendo uma representação inaccurada e retenção de informações. A explicação de Robins é discutida em mais detalhes abaixo.

4.1.2 Mero imaginar

Distinguir entre o lembrar e o mero imaginar requer a identificação de um ou mais *marcadores de memória*, em que um marcador de memória é um fator que discrimina entre o lembrar, seja bem-sucedido ou malsucedido, e o mero imaginar. O conceito de um marcador de memória é, por si só,

importantemente ambíguo. Por um lado, os marcadores de memória podem ser entendidos como fatores que o próprio lembrante pode empregar, a partir da perspectiva de *primeira pessoa*, para discriminar entre lembrar e imaginar. Por outro lado, eles podem ser entendidos como fatores aos quais o teórico da memória pode apelar, a partir de uma perspectiva de *terceira pessoa*, para discriminar entre lembrar e imaginar.

É importante notar que não há garantia de qualquer correspondência entre os marcadores de memória de primeira e terceira pessoa. Muitos fatores que poderiam plausivelmente ser considerados para moldar os julgamentos subjetivos do lembrante sobre se ele está lembrando ou meramente imaginando – como a vivacidade de uma memória aparente – sendo como são, não rastreiam a fronteira objetiva entre memória e imaginação. E muitos fatores que poderiam plausivelmente ser considerados para rastrear essa fronteira – tais como a existência de uma conexão causal entre uma memória aparente de um evento e a experiência original, do sujeito, desse evento – são tais que são inacessíveis ao lembrante e, portanto, inelegíveis para servir como marcadores de primeira pessoa. As críticas aos marcadores de memória propostos que desconsideram a distinção entre marcadores de primeira e terceira pessoa podem errar seu alvo. Bernecker (2008), por exemplo, faz objeção à abordagem de monitoramento de fonte em psicologia (Johnson (1997); ver abaixo), juntamente com abordagens anteriores semelhantes em filosofia (Smith 2013), com base em que os marcadores identificados pela estrutura discriminam entre memória e imaginação apenas imperfeitamente. Se essas abordagens forem entendidas como pertencentes a marcadores de terceira pessoa, então, a crítica de Bernecker é reveladora. Se, no entanto, elas forem entendidas como pertencentes a marcadores de primeira pessoa, então, ela não é: uma vez que os julgamentos dos sujeitos sobre se eles estão lembrando ou imaginando, algumas vezes, estão errados, uma explicação dos marcadores de memória de primeira pessoa não deve identificar marcadores que discriminam perfeitamente entre memória e imaginação.

Os marcadores de memória de primeira pessoa desempenham um papel vital ao permitir que os lembrantes lidem com dois problemas colocados pela interação entre memória e imaginação. O *problema da fonte* surge porque os sujeitos se lembram não apenas de informações derivadas da experiência,

mas também de informações derivadas de uma variedade de outras fontes, incluindo a imaginação. Por exemplo, alguém pode imaginar um evento e, mais tarde, lembrar o evento imaginado. Assim, quando alguém lembra, depara-se com o problema de determinar se as informações de que se lembra derivam da experiência ou, em vez disso, de outra fonte. Os sujeitos parecem lidar com esse problema confiando em uma forma de metamemória conhecida como “monitoramento de fonte” (Johnson 1997), na qual eles empregam uma variedade de marcadores baseados em conteúdo para determinar se estão ou não lembrando com base na experiência. Por exemplo, as memórias derivadas da experiência tendem a ser mais detalhadas e a não incluir informações sobre as operações cognitivas que as produziram, enquanto as memórias derivadas da imaginação tendem a ser menos detalhadas e a incluir informações sobre as operações cognitivas que as produziram.

O *problema do processo*, em contraste, surge porque os sujeitos se engajam não apenas no lembrar episódico, mas também no pensamento episódico futuro e no pensamento episódico contrafactual e porque (como veremos) essas formas de imaginação episódica se assemelham muito ao lembrar. Por exemplo, alguém poderia imaginar um evento futuro ou um evento contrafactual recorrendo a informações derivadas de eventos passados similares. Assim, quando alguém se engaja em um pensamento episódico, depara-se com o problema de determinar se está lembrando um evento passado ou imaginando um evento futuro ou contrafactual. Os sujeitos podem lidar com esse problema confiando em uma forma de metamemória que pode ser chamada de “monitoramento de processo”; enquanto o monitoramento de fonte depende principalmente de marcadores baseados no conteúdo, o monitoramento de processo pode depender adicionalmente de marcadores fenomenológicos, tais como os sentimentos de familiaridade e de passadidade discutidos acima, e marcadores formais, tais como a intenção do sujeito de lembrar ou imaginar (Hoerl 2014; Urmson 1967).

4.2 Teorias do lembrar

Uma teoria completa do lembrar incluirá, assim, uma explicação dos marcadores de memória de primeira pessoa, mas as teorias do lembrar descritas

aqui dizem respeito principalmente aos marcadores de terceira pessoa. Essas teorias podem ser posicionadas em relação a duas concepções gerais – e possivelmente incompatíveis – de memória. As concepções em questão têm sido descritas de várias maneiras diferentes. Koriat e Goldsmith (1996) opõem às concepções de *armazém* às concepções de *correspondência*, enquanto Robins (2016a) opõe às concepções *arquivísticas* às concepções *construtivistas*. Tomando emprestada alguma terminologia da epistemologia, as concepções em questão também podem ser descritas como *preservacionistas* e *geracionistas*. O preservacionismo considera o lembrar como sendo essencialmente uma questão de codificar, armazenar e evocar informações. Em filosofia, o preservacionismo se reflete em comparações da memória – começando com a metáfora do bloco de cera de Platão – com uma variedade de tecnologias de armazenamento de informações (Depper 2016; Draaisma 2000). Em psicologia, ele se manifesta no trabalho experimental fundador de Ebbinghaus ([1885] 1913) sobre memória de listas de sílabas sem sentido. O legado de Ebbinghaus é levado adiante em uma tradição produtiva de pesquisa, mas o enfoque na psicologia contemporânea está nas concepções gerativas de memória. O geracionismo considera o lembrar como um processo ativo no qual o sujeito constrói uma representação mais ou menos adequada do passado. Na psicologia, o geracionismo se manifesta no trabalho pioneiro de Bartlett ([1932] 1995; Wagoner 2017) sobre as formas pelas quais as memórias são criadas e recriadas pelo sujeito lembrante. Em filosofia, muitos pesquisadores continuam a operar com uma concepção preservativa da memória, mas, começando com um crescente interesse em falsas memórias e memórias recuperadas (S. Campbell 2003, 2014; Hacking 1995; Hamilton 1998), o geracionismo tem se tornado cada vez mais influente.

As versões suficientemente moderadas do preservacionismo e do geracionismo podem não ser incompatíveis. A fim de levar em conta os desvios do armazenamento perfeito, os preservacionistas podem reconhecer o caráter ativo e construtivo do lembrar. E, como as informações armazenadas fornecem as matérias-primas a partir das quais o sujeito constrói representações do passado, os geracionistas não precisam negar que o lembrar envolve o armazenamento de informações. Versões menos moderadas do preservacionismo e do geracionismo, entretanto, podem ser incompatíveis. Alguns preservacionistas negam que o lembrar genuíno seja consistente com a

inclusão, na representação da memória evocada, de conteúdo que vá além do conteúdo que foi incluído na experiência original que o sujeito teve do evento (por exemplo, Bernecker (2010)). Alguns geracionistas, entretanto, concedem que o lembrar envolva a preservação de informações originadas na experiência, mas negam que o lembrar genuíno requeira a inclusão, na representação da memória evocada, de qualquer conteúdo que tenha sido incluído na experiência original que o sujeito teve do evento (por exemplo, Michaelian 2016c). É difícil ver como essas concepções mais extremas preservacionistas e geracionistas poderiam ser reconciliadas entre si.

A concepção preservacionista é refletida na teoria *empirista*, que foi influente na primeira metade do século XX e é, portanto, o ponto de partida natural para uma revisão das teorias do lembrar. As teorias mais influentes na segunda metade do século XX foram a teoria *epistêmica* e a teoria *causal*, que também refletem a concepção preservacionista, com a teoria causal gradualmente eclipsando a teoria epistêmica. Nos primeiros anos do século XXI, a teoria causal foi desafiada por novas teorias da *simulação*, que adotam uma concepção completamente geracionista da memória. O restante desta seção revisa cada uma dessas teorias por sua vez.

4.2.1 A teoria empirista

Os empiristas veem tanto a memória quanto a imaginação como baseadas em impressões preservadas dos sentidos. Identificar um marcador para a distinção entre memória e mera imaginação é, portanto, central para a teoria empirista da memória, e Hume ([1739] 2011) sugeriu dois desses marcadores. Primeiro, ele sugeriu que a memória e a imaginação podem ser diferenciadas pelo maior grau de flexibilidade desta última: a memória respeita a ordem e a forma das impressões originais do sujeito, enquanto a imaginação não as respeita. Essa sugestão parece não funcionar. O próprio Hume reconheceu que o grau de flexibilidade não pode ser empregado como um marcador de memória de primeira pessoa, já que o sujeito não tem meios de comparar uma memória aparente atual com uma impressão anterior dos sentidos. E o grau de flexibilidade não é melhor como um marcador de memória em terceira pessoa, a menos que assumamos uma forma muito extrema de preservacionismo. Os

geracionistas, que concebem o lembrar como um processo ativo e construtivo, estão fadados a rejeitar uma visão da memória na qual ela é caracterizada pela inflexibilidade. Os preservacionistas moderados também reconhecem que o lembrar é frequentemente altamente flexível; por exemplo, eles podem reconhecer que se pode lembrar os elementos de um evento em uma ordem diferente daquela em que foram experienciados (Bernecker 2008).

Em segundo lugar, Hume sugeriu que a memória e a imaginação podem ser diferenciadas pelo maior grau de vivacidade da primeira. Como Pears (1990) aponta, a noção de vivacidade de Hume é ambígua. Ela, às vezes, parece se referir a uma propriedade da representação produzida pelo processo da memória aparente; a ideia aqui seria que as representações produzidas pelo lembrar são mais detalhadas que as representações produzidas pelo imaginar. Mas ela, às vezes, parece se referir a uma propriedade do próprio processo de memória aparente; a ideia aqui seria que o lembrar se impõe ao sujeito de uma maneira mais espontânea que o imaginar. Em qualquer das interpretações, a vivacidade pode ter mérito como um marcador de memória do ponto de vista da primeira pessoa, mas não funciona como um marcador de terceira pessoa. As representações produzidas pelo lembrar podem ser mais detalhadas, em média, que as representações produzidas pelo imaginar, mas apenas em média: a imaginação, às vezes, produz representações contendo uma grande quantidade de detalhes, e a memória, às vezes, produz representações contendo muito pouco detalhe. De forma similar, o processo de lembrar pode, em média, ocorrer espontaneamente com mais frequência que o processo de imaginar, mas apenas em média: às vezes, lembramos deliberadamente e, às vezes – como no fenômeno familiar de vagueio mental [*mind-wandering*] (Dorsch 2015) – imaginamos espontaneamente.

Devido a esses e outros problemas – veja Holland (1954) para uma discussão detalhada da teoria empirista, versões as quais ele atribui a Russell (1921) e Broad (1925), além de Hume – a teoria empirista tem poucos defensores contemporâneos. Uma exceção é Byrne (2010), que endossa uma teoria *neoempirista* que vê o conteúdo da memória e o conteúdo da imaginação como versões degradadas e transformadas do conteúdo da percepção. A teoria neoempirista distingue entre memória e imaginação ao afirmar que a memória necessariamente preserva o contato cognitivo com o evento original, enquanto a

imaginação pode envolver o contato cognitivo, mas não o preserva. Ambos os aspectos desta afirmação são problemáticos. A afirmação de que a memória necessariamente preserva o contato cognitivo pode ser minada pelo caráter gerativo do lembrar, pelo menos se uma forma extrema de geracionismo for assumida. E a alegação de que a imaginação não preserva o contato cognitivo é difícil de conciliar com o fato de que o imaginar se baseia em informações armazenadas. Assim como a teoria empirista clássica, além disso, a teoria neoempirista falha em lidar com ambos os aspectos da mnemicidade, concentrando-se exclusivamente na distinção entre lembrar e mero imaginar e dizendo pouco sobre a distinção entre lembrar bem-sucedido e malsucedido. Ela pode, portanto, não ter uma vantagem significativa sobre a teoria empirista clássica.

4.2.2 A teoria epistêmica

Os teóricos epistêmicos (por exemplo, Ayer 1956; Annis 1980; A. Holland 1974; D. Locke 1971; Munsat 1967; Naylor 1971; Ryle [1949] 2009; Zemach 1968) veem o lembrar-se de algo como sendo uma questão de conhecê-lo continuamente desde que foi aprendido pela primeira vez⁵. A teoria epistêmica do lembrar pode capturar características importantes de nosso uso ordinário do verbo “lembrar” (Moon 2013) e tem encontrado uma série de defensores contemporâneos (por exemplo, T. Williamson 2000; Adams 2011; Audi 2002), mas também enfrenta uma série de problemas sérios. Um dos problemas é que, como a teoria epistêmica está formulada em termos de conhecimento proposicional, ela se aplica ao lembrar episódico apenas se considerarmos as representações episódicas como sendo proposicionais em caráter. Mesmo se a teoria for entendida como uma teoria do lembrar semântico, ela continua sendo problemática. A memória semântica pode corresponder aproximadamente à memória proposicional, mas essa correspondência é apenas aproximada: na maioria das explicações, a memória semântica inclui representações não proposicionais de vários tipos. Assim, a teoria se aplica, na melhor das hipóteses, a um subconjunto de memórias semânticas.

⁵ Nota dos autores [N. dos A.]: A discussão da teoria epistêmica nesta seção se baseia em Bernecker (2008) e em Frise (2015).

Outro problema é que, como o conhecimento requer verdade, justificação e crença, o teórico epistêmico deve afirmar que a memória requer verdade, justificação e crença, e cada uma dessas afirmações tem sido desafiada de forma persuasiva. Como veremos na seção 6, parece haver casos de memória sem verdade. Há também, possivelmente, casos de crença sem justificação (Audi 1995; Bernecker 2011). Lackey (2005), por exemplo, descreve um caso no qual, após formar inicialmente uma crença, o sujeito adquire derrotadores [*defeaters*] que comprometem sua justificação para ela. E há, possivelmente, casos de memória sem crença. Martin e Deutscher (1966) ilustram um tipo de memória na qual não se acredita por meio do caso hipotético de um pintor que pinta uma cena que ele considera imaginária, mas que acaba correspondendo exatamente a uma cena que ele testemunhou quando criança; intuitivamente, esse é um caso de lembrar sem crer. Como o sujeito carece da fenomenologia característica do lembrar, o teórico epistêmico pode, em princípio, negar que esse caso particular seja um caso de lembrar. Mas, no tipo de memória sem crença estudada por psicólogos (Otgaar, Scoboria & Mazzoni 2014), o sujeito não forma uma crença correspondente à sua memória, apesar de ter a fenomenologia característica do lembrar; a existência de memórias sem crença desse tipo é bem estabelecida.

Outro problema é que a teoria parece ou colapsar na teoria causal ou tornar o lembrar algo bastante misterioso. Como aponta Deutscher (1989), não parece haver uma história plausível sobre o que é reter o conhecimento que não apele para o tipo de conexão causal apresentada pela teoria causal. Assim, se o teórico epistêmico explica a retenção do conhecimento em termos de conexão causal, então, sua teoria recai na teoria causal e, se o teórico epistêmico se recusa a explicar a retenção do conhecimento em termos de conexão causal, então, sua teoria falha em fornecer qualquer *insight* real sobre a natureza do lembrar.

4.2.3 A teoria causal

Os teóricos causais veem o lembrar como sendo caracterizado pela existência de uma conexão causal apropriada entre uma memória aparente e a experiência original, do sujeito, do evento lembrado. A ideia de que uma conexão

causal é essencial para o lembrar era impopular quando Martin e Deutscher publicaram seu influente artigo (1966), mas, apesar da oposição inicial (por exemplo, Squires 1969; Shope 1973; Zemach 1983), agora, ela tem eclipsado, em grande parte, a teoria epistêmica. Bernecker – que cita von Leyden (1961), Goldman (1967), Shoemaker (1970), Anscombe (1981), e Armstrong (1987) como predecessores, além de Martin e Deutscher – a desenvolveu e a defendeu recentemente (Bernecker 2008, 2010). Nem todos os filósofos contemporâneos da memória endossam explicitamente a teoria causal, e alguns sugerem emendas ou acréscimos a ela, mas há poucos que rejeitam explicitamente a teoria (Debus 2017). A ideia de que o lembrar é caracterizado por uma conexão causal apropriada assumiu, portanto, o status de senso comum filosófico.

O cerne da teoria causal é a afirmação de que uma conexão causal apropriada entre a memória aparente do sujeito e sua experiência original é tanto condição necessária quanto, junto com condições adicionais relativamente incontroversas, suficiente para o lembrar. Há dois aspectos nesta afirmação. Primeiro, a afirmação de que o lembrar requer *uma conexão causal* já classifica certos casos de memória aparente como meramente aparentes. Por exemplo, Martin e Deutscher descrevem um caso em que um sujeito experencia um evento, esquece-o completamente e, mais tarde, é coincidentemente implantado com uma “memória” exatamente correspondente à sua experiência original. A exigência de uma conexão causal descarta esse caso como um caso de memória genuína. Em segundo lugar, a alegação de que o lembrar requer uma conexão causal *apropriada* classifica certos outros casos de memória aparente como meramente aparentes. Martin e Deutscher descrevem um caso em que um sujeito experencia um evento, descreve-o a alguém, esquece-o completamente, recebe um relato sobre ele da pessoa a quem o havia descrito, esquece-se de ter recebido o relato e, então, parece se lembrar do evento com base no que lhe foi contado. Aqui, há uma conexão causal, mas intuitivamente é do tipo errado para sustentar o lembrar. A sugestão de Martin e Deutscher é que o que falta é um *traço de memória*: simplificando um pouco, a ideia é que a experiência do sujeito deve dar origem a uma representação armazenada que existe continuamente no intervalo entre o experienciar e o lembrar e que contribui para a produção da representação evocada. A exigência de uma conexão causal apropriada, onde uma conexão causal apropriada é aquela que segue

continuamente via um traço de memória, desta maneira, descarta esse caso como um caso de memória genuína.

Embora a teoria causal tenha sido e continue sendo enormemente influente, tanto a necessidade quanto a suficiência da condição causal apropriada têm sido questionadas. Os desafios para a suficiência da condição têm sido mais populares. Um desses desafios apela para a *relevância epistêmica* da memória. Debus (2010) argumenta que as memórias genuínas são necessariamente epistemicamente relevantes para o sujeito lembrante, no sentido de que ele está disposto a levá-las em consideração ao formar juízos sobre o passado. No caso mais direto, o sujeito se lembra de um determinado evento e, portanto, forma uma crença de que o evento ocorreu. Em casos menos diretos, o sujeito pode não formar uma crença de que o evento ocorreu, mas, mesmo assim, estar disposto a fazê-lo. Por não tratar a relevância epistêmica como necessária para o lembrar, argumenta Debus, a teoria causal é levada a classificar certos casos como casos de memória genuína quando, na verdade, são casos de memória meramente aparente. Por exemplo, no caso do pintor, descrito acima, o pintor desconsidera sua memória aparente ao formar juízos sobre o passado e, portanto, não deve ser classificada como uma memória genuína; mas a memória aparente é, podemos assumir, adequadamente causada pela experiência passada do pintor e, portanto, a teoria causal é levada a classificá-la como uma memória genuína. Dado que a relevância epistêmica é necessária para a memória genuína, esse argumento sugere que a condição causal apropriada deve ser complementada com uma condição que exija explicitamente a relevância epistêmica. A visão de que a relevância epistêmica é necessária para a memória genuína, entretanto, pode confundir mnenicidade e episodicidade: uma interpretação natural do caso do pintor é que o pintor está lembrando, mas, por falta de consciência autoonética, não está lembrando episodicamente.

Outro desafio apela para a natureza dos traços de memória. Os traços são discutidos em mais detalhes abaixo, mas duas concepções principais de traços estão disponíveis na literatura, com alguns teóricos entendendo traços como entidades *locais*, armazenadas individualmente, com conteúdo explícito, enquanto outros os entendem como entidades *distribuídas*, armazenadas de forma sobreposta, com conteúdo implícito. A concepção local, adotada por

Martin e Deutscher (1966), é mais direta, mas a concepção distribuída, inspirada por abordagens conexonistas da memória (McClelland & Rumelhart 1986) e desenvolvida em detalhes por Sutton (1998), tem se tornado gradualmente a visão dominante (Robins 2017). Se a concepção distribuída estiver correta, então as experiências individuais não resultam, estritamente falando, em traços individuais duradouros, mas, em vez disso, modificam os pesos de conexão em redes de características de eventos. Robins (2016b) argumentou que, por essa razão, uma teoria causal baseada em representações distribuídas carece de qualquer meio de sinalizar um evento individual como aquele que é lembrado. Isso seria uma implicação indesejável, mas a concepção distribuída pode ser capaz de evitá-la. Nas abordagens tradicionais de conexão distribuída (O'Brien 1991), padrões de ativação transitórios são representações explícitas discretas, mesmo que sejam geradas a partir de informações armazenadas apenas holisticamente em pesos de conexões: assim, na evocação, pode haver uma representação distinta de um evento individual lembrado.

Alternativamente, o teórico causal pode recuar para uma concepção local de traços, mas fazer isso pode não permitir que ele evite essa dificuldade. Qualquer teórico causal que reconheça o caráter construtivo do lembrar deve reconhecer que, quando um sujeito lembra, enquanto parte do conteúdo da representação evocada presumivelmente se origina na experiência do evento lembrado desse sujeito, o restante pode se originar na experiência de outros eventos desse sujeito. Isso implica que se pode satisfazer a condição de causalção apropriada com relação não apenas ao evento lembrado, mas também com relação aos outros eventos em questão. Como o sujeito não se lembra dos outros eventos, a satisfação da condição de causalção apropriada não pode ser suficiente para o lembrar. Em geral, não está claro se a condição de causalção apropriada é suficiente para o lembrar, independentemente de ser adotada uma concepção distribuída ou uma concepção local de traços.

Se a condição de causalção apropriada simplesmente não for suficiente para o lembrar, uma teoria adequada do lembrar pode, em princípio, ser produzida através da complementação com condições adicionais, produzindo uma variante da teoria causal clássica. Se a condição não for necessária, entretanto, a teoria causal terá que ser rejeitada completamente e, embora os desafios à suficiência da condição tenham sido mais populares, a necessidade

da condição também tem sido questionada. Tais desafios são motivados por uma tensão entre a teoria causal e o caráter construtivo do lembrar. A versão clássica da teoria causal trata o conteúdo da representação de uma memória evocada como derivado inteiramente da experiência original do evento lembrado pelo sujeito. Os teóricos causais não exigem que o conteúdo de uma representação evocada corresponda exatamente ao da experiência correspondente. Em particular, eles não exigem que a representação evocada herde *todo* o conteúdo da experiência. Mas a maioria exige que a representação evocada não incorpore conteúdo *não* incluído na experiência original. A pesquisa sobre *memória construtiva*, entretanto, demonstra que o conteúdo da representação evocada difere rotineiramente do conteúdo da experiência, não apenas por não incluir algumas informações que esta última inclui, mas também por incluir algumas informações que esta última não inclui. Por exemplo, em casos de extensão de limite [*boundary extension*], o sujeito vê parte de uma cena, mas se lembra de partes dela que estavam além de seu campo de visão (Hubbard, Hutchison & Courtney 2010). Em geral, lembrar não é um processo reprodutivo, mas um processo reconstrutivo, no qual componentes de experiências anteriores são extraídos e recombinaados de forma flexível, muitas vezes resultando em representações que incluem conteúdos não incluídos nas experiências correspondentes (Schacter & Addis 2007).

O caráter construtivo do lembrar coloca um problema para a suficiência da condição de causação apropriada, como vimos, mas também coloca um problema para sua necessidade. Em uma tentativa de tornar a teoria causal compatível com os resultados das pesquisas sobre memória construtiva, Michaelian (2011a) sugere modificá-la de modo a permitir que o conteúdo da representação evocada vá além do da experiência original, desde que duas condições sejam satisfeitas: primeiro, o conteúdo da representação evocada não deve ir “longe demais” além do da experiência; além disso, o sistema de memória deve funcionar de forma confiável quando gera o novo conteúdo. A primeira dessas condições é problematicamente vaga. Além disso, parece não haver nenhuma maneira de traçar uma fronteira significativa entre os casos em que o conteúdo da representação não vai muito além do da experiência e os casos em que ele vai. Em alguns casos, a maioria do conteúdo pode derivar da experiência. Em alguns casos, apenas uma minoria do conteúdo pode derivar da

experiência. Desde que parte do conteúdo tenha estado incluída na experiência, o teórico causal pode, em princípio, classificar a representação como uma memória genuína. Em alguns casos, no entanto, é possível que nenhum dos conteúdos derive da experiência. Uma vez que a fração do conteúdo que estava incluída na experiência se reduz a zero, o teórico causal é levado a classificar a representação como uma memória meramente aparente. Dado o caráter reconstrutivo do lembrar, no entanto, tais casos estão fadados a acontecer, e não está claro por que a mera preservação de algum conteúdo, por menor que seja, deveria constituir uma diferença qualitativa entre memória genuína e meramente aparente.

A segunda condição é igualmente problemática. James (no prelo) argumenta que a introdução de uma condição de confiabilidade transforma tacitamente a teoria causal em uma teoria causal-epistêmica. O pensamento aqui é que a única motivação aparente para impor a condição é a intuição de que a memória é uma fonte de conhecimento. Isso não é persuasivo, pois existe uma clara diferença, independentemente de qualquer consideração epistemológica, entre processos de memória confiáveis e não confiáveis. A confabulação, em particular, pode ser caracterizada por sua não confiabilidade (Hirstein 2005). James também argumenta, entretanto, que, uma vez que uma condição epistêmica adequada – como a condição de confiabilidade – é adicionada à teoria causal, a própria condição causal se torna redundante. O pensamento aqui é que, se a condição de confiabilidade é satisfeita, então não deve importar se a condição causal também é satisfeita. Isso é mais persuasivo, especialmente em conjunto com a afirmação de que não há como traçar uma fronteira significativa entre os casos em que o conteúdo não vai muito além da experiência e os casos em que ela vai. Em geral, então, a versão modificada da teoria causal parece ser um ponto instável no meio do caminho entre a teoria causal clássica e uma teoria que rejeita completamente a condição causal, substituindo-a por uma condição de confiabilidade. A teoria da simulação pode, pelo menos em algumas versões, ser entendida como tal teoria.

4.2.4 A teoria da simulação⁶

A ideia de que lembrar o passado está ligado a imaginar o futuro pode remontar até Agostinho (Manning, Cassel & Cassel 2013), mas até recentemente tem desempenhado pouco papel na filosofia da memória. No entanto, passou a desempenhar um papel importante na psicologia da memória, já que os psicólogos se afastaram de uma concepção de memória episódica como sendo uma memória o-que-onde-quando em direção a uma concepção de um lembrar episódico como sendo uma forma construtiva de viagem mental no tempo mental. Reforçada por impressionantes evidências de imagens cerebrais e extensa pesquisa sobre a sobreposição representacional e fenomenológica entre lembrar o passado e imaginar o futuro (Klein 2013; Schacter et al. 2012; Szpunar 2010), essa nova concepção enfatiza as similaridades entre memória episódica, *pensamento episódico futuro* (no qual o sujeito imagina possíveis eventos futuros), e, cada vez mais, processos como o *pensamento episódico contrafactual* (no qual o sujeito imagina alternativas a eventos passados). Levando a nova concepção à sua conclusão lógica, muitos têm sugerido que, em vez de capacidades distintas de memória episódica e imaginação episódica, os seres humanos, de fato, têm uma capacidade geral única para *viajar mentalmente no tempo mental* (Suddendorf & Corballis 2007). Em psicologia, essa nova concepção levou a estruturas teóricas como a abordagem de simulação episódica construtiva (Schacter, Addis & Buckner 2008) e a abordagem de construção de cena (Mullally & Maguire 2014), ambas enfatizando o caráter simulacional da memória. Em filosofia, levou a teorias de simulação sobre o lembrar (Shanton & Goldman 2010), que veem o lembrar como um processo de imaginar eventos passados, um processo no qual uma conexão causal com o evento lembrado é, na melhor das hipóteses, incidental.

Com base no trabalho sobre o pensamento episódico futuro, Michaelian (2016c) trata a memória episódica e o pensamento episódico futuro como processos realizados por um sistema de construção episódica comum. Ambos os processos se baseiam em informações armazenadas que se originam na experiência de eventos passados – ou seja, em traços de memória – a fim de

⁶ N. dos T.: Na literatura em língua portuguesa, a expressão “teoria simulacionista” ou, simplesmente, o termo “simulacionismo” têm sido mais comumente utilizados.

construir representações de eventos. O pensamento episódico futuro obviamente não pode se basear em traços originados na experiência dos eventos representados, simplesmente porque os eventos relevantes ainda não ocorreram. De forma similar, a memória episódica não necessariamente se baseia em traços originados na experiência dos eventos representados: em alguns casos, ela pode fazer isso, mas o sistema de construção episódica, já que suporta tanto a memória episódica quanto o pensamento episódico futuro, não é projetado de tal forma que sempre o faça. A versão de Michaelian da teoria da simulação, então, implica que uma conexão causal apropriada não é um pré-requisito para o lembrar. Desenvolvendo trabalhos sobre o pensamento episódico contrafactual, De Brigard (2014a) trata a memória episódica como uma função de um sistema dedicado à construção de possíveis eventos passados – não apenas eventos que realmente ocorreram, mas também eventos que poderiam ter ocorrido, mas não ocorreram. A versão de De Brigard da teoria da simulação também parece implicar que a memória episódica pode, em alguns casos, se basear em traços originados na experiência dos eventos representados, mas nem sempre o faz.

Se a teoria da simulação estiver correta, ambos os aspectos da mnemicidade identificados acima podem exigir uma nova reflexão. Com relação ao primeiro aspecto, Robins (2016a) argumenta que, enquanto a teoria causal pode apelar para a existência de uma conexão causal apropriada a fim de distinguir entre lembrar bem-sucedido, confabular e *misremembering*, a teoria da simulação pode não ser capaz de acomodar essas distinções, uma vez que ela vê tanto o lembrar bem-sucedido quanto o malsucedido como resultando do mesmo processo imaginativo. A teoria da simulação pode, entretanto, apelar para a confiabilidade do processo imaginativo em questão, caracterizando o lembrar bem-sucedido como envolvendo imaginação confiável resultando em uma representação acurada do evento, a confabulação como envolvendo imaginação não confiável resultando em uma representação não acurada, e o *misremembering* como envolvendo imaginação confiável resultando em uma representação não acurada (Michaelian 2016b). Essa abordagem dos erros de memória tem a vantagem de criar espaço para a *confabulação verídica*, que pode ser caracterizada como envolvendo imaginação não confiável, resultando em uma representação acurada.

Em relação ao segundo aspecto da mnemicidade, a teoria da simulação implica que a diferença entre memória e imaginação é muito menos dramática do que a visão tradicional a considera. Hopkins (no prelo) descreveu a memória como a imaginação controlada pelo passado. Se a teoria da simulação estiver certa, a memória é, de fato, imaginação, mas não precisa ser controlada pelo passado. Pode-se simplesmente imaginar um evento passado imaginando um evento passado contrafactual. Mas se alguém imaginar um evento passado real, e se a imaginação for confiável, então, está simplesmente se lembrando dele. Se a teoria da simulação estiver correta, não há diferença de tipo entre os casos em que se imagina de forma confiável um evento passado real pelo menos em parte com base na própria experiência do evento e os casos em que se imagina de forma confiável um evento passado real em outra base; em casos de ambos os tipos, desde que a representação do evento seja acurada, tem-se uma memória genuína do evento.

Filósofos comprometidos com a visão tradicional da diferença entre memória e imaginação provavelmente se oporão não apenas a essa implicação da teoria da simulação, mas também à própria ideia de viagem mental no tempo mental. Pesquisas sobre viagem mental no tempo mental, como vimos, sugerem que não há diferença qualitativa entre memória episódica e pensamento episódico futuro. Adotando a terminologia de Perrin (2016), os *continuistas* argumentam explicitamente que qualquer diferença entre eles é meramente quantitativa, enquanto os *descontinuistas* garantem que há similaridades quantitativas entre a memória episódica e o pensamento episódico futuro, mas sustentam que há uma variedade de diferenças qualitativas entre eles. O descontinuismo é a visão tradicional. Debus (2014), por exemplo, se baseia em explicações relacionistas dos objetos da memória episódica (J. Campbell 2001; Debus 2008; ver seção 5 abaixo) para argumentar que, quando alguém lembra um evento passado, o próprio evento lembrado pode, devido ao contato causal anterior desse alguém com esse evento, constituir parte do conteúdo do estado mental desse alguém, enquanto que, quando se imagina um evento futuro, o evento imaginado não pode constituir parte do conteúdo do estado mental desse alguém, porque esse alguém não teve contato causal com esse evento. Perrin (2016), por sua vez, argumentou que, quando alguém imagina um evento futuro, esse alguém estipula efetivamente a identidade do sujeito cuja experiência esse

alguém está imaginando, de modo que o pensamento episódico futuro é imune ao erro por má identificação [*error through misidentification*], enquanto que, quando alguém lembra um evento passado, a identidade do sujeito é determinada pela relação causal desse alguém com sua experiência passada, de modo que a memória episódica não é imune ao erro por má identificação. Outros têm argumentado que a memória episódica é, ela mesma, imune ao erro por má identificação (Hamilton 2009, 2013), mas um problema mais sério para esses argumentos descontinuístas é que eles pressupõem a teoria causal da memória: como a própria teoria causal pressupõe que haja uma diferença qualitativa entre lembrar e imaginar, os argumentos parecem assumir que a visão continuísta da viagem mental no tempo mental está errada (Michaelian 2016a).

Além de desafiar a visão tradicional de que existe uma diferença metafísica qualitativa entre memória e imaginação, a teoria da simulação desafia a visão de que existe uma diferença epistemológica qualitativa entre elas. Os filósofos tendem a descartar a possibilidade de conhecimento episódico de eventos futuros, ou seja, de conhecimento produzido pela imaginação do futuro, em oposição ao tipo de conhecimento semântico produzido pela predição (Kneale 1971; Swinburne 1966). A teoria da simulação, entretanto, sugere que nosso conhecimento episódico de eventos futuros pode estar em igualdade com nosso conhecimento episódico de eventos passados. Esse ponto de vista é surpreendente, mas se assemelha a trabalhos recentes sobre a imaginação como fonte de conhecimento (Balcerak Jackson, no prelo; Kind, no prelo).

5. Representação

Apesar das discordâncias entre os partidários das teorias do lembrar discutidas na seção 4, eles estão, em sua maioria, de acordo quanto ao ponto de que lembrar envolve representações de eventos passados. O papel das representações no lembrar, entretanto, levanta uma série de questões difíceis por si só. Uma dessas questões diz respeito às implicações do externalismo sobre conteúdo mental para o conteúdo da memória em particular⁷. O externalismo, que se tornou a visão dominante acerca da natureza do conteúdo

⁷ N. dos A.: A discussão do externalismo de conteúdo nesta seção se baseia em Bernecker & Bogart 2015.

mental, sustenta que o conteúdo das representações mentais de um sujeito depende não apenas de seus próprios estados internos, mas também de suas relações com as coisas em seu ambiente externo. Por exemplo, o que alguém pensa ao pensar o pensamento que expressaria dizendo “a água é molhada” é determinado, em parte, pela composição química da substância que enche os lagos e rios e cai do céu no ambiente em que esse alguém aprendeu a usar a palavra “água”, isto é, H₂O; se alguém tivesse aprendido a usar a palavra “água” em um ambiente em que algo diferente de H₂O enche os lagos e rios e cai do céu, então o pensamento desse alguém teria sido que essa outra substância é molhada, não que H₂O está molhada (Putnam 1975). Esse ponto é consenso entre os externalistas. Mas um sujeito pode se mover de um ambiente para outro, e os externalistas discordam sobre o conteúdo das memórias formadas antes de tais movimentos e evocadas depois deles. Os *externalistas passadistas* (por exemplo, Boghossian 1989; Burge 1998) sustentam que somente o ambiente passado é relevante. Os *externalistas presentistas* (por exemplo, Ludlow 1995 e Tye 1998) sustentam que tanto o ambiente passado quanto o presente são relevantes. E os *externalistas futuristas* (por exemplo, Stoneham 2003; Jackman 2005) sustentam que o passado, o presente e quaisquer ambientes futuros são todos relevantes. Uma vez que os argumentos a favor e contra esses pontos de vista têm tido pouco contato com a filosofia da memória dominante, eles não serão revisados aqui; para maiores discussões, ver Bernecker (2010).

Duas outras questões relativas ao papel das representações no lembrar têm estado no centro da filosofia da memória dominante. Essas questões, às vezes, são tratadas em conjunto, mas levantam problemas distintos. A primeira, relativa às representações evocadas, é a questão da natureza dos *objetos da memória*. A segunda, relativa às representações armazenadas, é a questão da existência e do papel dos *traços de memória*.

5.1 Os objetos da memória

Os objetos diretos da memória são aqueles com os quais o sujeito está relacionado em primeira instância quando ele lembra⁸. Historicamente, existem duas principais visões concorrentes sobre a natureza dos objetos da memória: o realismo *direto* e o realismo *indireto* (ou representativo).

5.1.1 Realismo direto

O realismo direto (defendido por Reid ([1764] 1997) e, mais recentemente, por Laird (1920)) afirma que, quando alguém lembra, esse alguém está relacionado em primeira instância com os eventos passados eles mesmos; é, portanto, talvez, a visão mais intuitivamente atraente da natureza dos objetos da memória. As motivações primárias para o realismo direto sobre os objetos da memória fazem paralelo com as motivações para o realismo direto sobre os objetos da percepção. Uma das motivações é o pensamento de que postular representações que se apresentam como intermediárias entre o sujeito lembrante e o objeto lembrado pode ter implicações céticas para nossa capacidade de conhecer o passado. Outra motivação é o pensamento de que o lembrar é fenomenologicamente direto, isto é, que, no lembrar, assistimos a eventos passados, não a representações internas de eventos passados. O trabalho sobre metamemória discutido na seção 4 sugere que o lembrar pode, muitas vezes, ser fenomenologicamente indireto, em vez de fenomenologicamente direto. Mas existem problemas mais sérios para o realismo direto, e são esses que fornecem a principal motivação para o realismo indireto.

5.1.2 Realismo indireto

O realismo indireto (defendido por J. Locke ([1689] 1998), Hume ([1739] 2011) e, mais recentemente, B. Russell (1921)) afirma que, quando alguém lembra, esse alguém está relacionado em primeira instância com representações

⁸ N. dos A.: A discussão dos objetos da memória nesta seção se deve a uma conversa com André Sant'Anna. N do R.: André Sant'Anna é um filósofo brasileiro.

internas de eventos passados. Aqui, mais uma vez, o paralelo dialético é o do debate entre realistas diretos e indiretos sobre os objetos da percepção. No domínio da percepção, o argumento da alucinação considera a possibilidade da ocorrência de alucinações indistinguíveis de percepções bem-sucedidas para sugerir que a alucinação e a percepção bem-sucedida têm algo em comum, notadamente, uma representação interna de uma cena, e que é a isso que o sujeito está relacionado em primeira instância em ambos os casos. No domínio da memória, o argumento da alucinação da memória – ou, como seria mais apropriadamente chamado, o argumento da confabulação – apela à possibilidade da ocorrência de confabulações indistinguíveis de memórias bem-sucedidas para sugerir que a confabulação e a memória bem-sucedida têm em comum uma representação interna de um evento passado e que é a isso que o sujeito está relacionado em primeira instância em ambos os casos. Negar que as representações sejam os objetos diretos dos estados mentais relevantes, além disso, leva ao *disjuntivismo*, segundo o qual percepção ou memória, por um lado, e alucinação ou confabulação, por outro, são estados de tipos fundamentalmente diferentes. Alguns estão dispostos a defender o disjuntivismo sobre a memória (Debus 2008), mas os processos cognitivos em ação na memória e na confabulação são altamente similares, tornando o disjuntivismo uma opção pouco atrativa, de qualquer ponto de vista amplamente naturalista.

5.1.3 Visões conciliatória e híbrida

O realismo direto, no entanto, mantém seu apelo intuitivo e, portanto, alguns têm defendido uma conciliação entre ele e o realismo indireto. Bernecker (2008), por exemplo, defende a compatibilidade entre a teoria causal da memória – a maioria das versões que tratam a memória como envolvendo representações – e o realismo direto sobre os objetos da memória, com base no fato de que lembrar um evento passado pode exigir uma representação adequada do evento, sem exigir que se esteja ciente da representação. Uma visão conciliatória desse tipo pode fornecer uma resposta ao argumento da confabulação, uma vez que reconhece um papel para as representações, tanto na memória bem-sucedida quanto na confabulação. Mas ela, por si só, não oferece uma resposta a um problema distinto, o problema da *cotemporalidade*. O problema da

cotemporalidade surge porque, enquanto o realismo direto afirma que o objeto direto de uma memória presente é um evento passado, não há nenhum sentido óbvio em que um sujeito agora poderia estar diretamente relacionado com um evento passado. Bernecker (2008) argumenta que o problema da cotemporalidade pode ser evitado se assumirmos que eventos passados continuam a existir mesmo depois de terem ocorrido. Isso pode, entretanto, ser um alto preço metafísico a pagar simplesmente para respeitar as intuições do realismo direto.

Mesmo que as preocupações sobre o preço metafísico da perspectiva de Bernecker sejam postas de lado, ainda há preocupações sobre se a perspectiva alcança uma conciliação genuína entre realismo direto e indireto. Uma vez que a perspectiva reconhece que as representações desempenham um papel indispensável no lembrar, ela continua, no fundo, com um caráter representacionista. A literatura recente sobre a filosofia da percepção, entretanto, sugere a possibilidade de uma visão dos objetos da memória que incorpora elementos tanto do representacionismo quanto do relacionismo [*relationalism*]⁹. Nessa literatura, o foco é o caráter da experiência perceptiva, com os relacionistas argumentando que o que determina a experiência perceptiva de um sujeito é uma cena externa, enquanto os representacionistas argumentam que o que a determina é uma representação interna. Esse foco na experiência perceptiva abre a possibilidade de visões híbridas, segundo as quais a experiência perceptiva é, em parte, determinada por cenas externas e, em parte, determinada por representações internas (por exemplo, Schellenberg 2014). Atualmente, as perspectivas de visões híbridas da memória continuam inexploradas.

5.2 Traços de memória

Além das representações evocadas, a maioria das teorias vê o lembrar como envolvendo traços armazenados. Tanto a *existência* quanto o *papel* preciso dos traços têm sido, no entanto, questões controversas.

⁹ Nota do R.: “Relacionismo”, aqui, diz respeito ao realismo direto. A ideia é que a lembrança colocaria o lembrante numa relação com o que é lembrado (e não com uma representação do que é lembrado).

5.2.1 A existência dos traços

A oposição à inclusão de referências a traços em uma teoria filosófica do lembrar, muitas vezes, decorre de concepções particulares sobre a natureza das teorias filosóficas, em oposição às teorias científicas. Assim, alguns têm argumentado que as teorias filosóficas do lembrar não deveriam postular traços, com base no fato de que as teorias filosóficas estão ou deveriam estar preocupadas com a natureza do lembrar como tal ou, talvez, com o conceito de memória, enquanto os traços dizem respeito aos mecanismos que, como questão de fato contingente, suportam o processo de lembrar (D. Locke 1971). Uma resposta a esse argumento sustenta que a natureza do lembrar não pode ser entendida sem que se compreendam os mecanismos que suportam o processo de lembrar (Sutton 1998). Outra resposta sustenta, mais fortemente, que os traços podem fazer parte do próprio conceito de lembrar (De Brigard 2014b; C.B. Martin & Deutscher 1966).

Outros argumentam que as teorias filosóficas do lembrar não deveriam postular traços de memória, com base no fato de que as teorias filosóficas não deveriam ditar as teorias científicas, e que os traços pertencem à província dessa última (Zemach 1983). Uma resposta a esse argumento advoga um recuo para uma concepção puramente lógica de traços de memória, desprovidos de qualquer detalhe empírico (Heil 1978; D.A. Rosen 1975). Outra resposta advoga o desenvolvimento de uma concepção de traços baseada em teorias científicas atuais do lembrar (Sutton 1998). Essa resposta, por sua vez, motiva a concepção distribuída de traços introduzida na seção 4. Como vimos, a concepção distribuída não está isenta de suas desvantagens; em particular, ela pode ter implicações preocupantes para a teoria causal. Mas ela também tem vantagens; em particular, pode fundamentar uma resposta aos argumentos anti-representacionistas wittgensteinianos (1980; ver também Malcolm [1963] 1975), que muitas vezes pressupõem uma concepção local de traços (Sutton 2015).

5.2.2 O papel dos traços

Assumindo que a existência de traços é concedida, uma explicação completa do lembrar terá que descrever a relação entre os traços, as representações produzidas pela evocação e as representações envolvidas na experiência perceptiva.

De Brigard (2014b) revisa várias posições que têm sido historicamente defendidas sobre a relação entre traços e representações perceptuais. O *representacionismo semidireto* sustenta que a percepção é indireta e que os traços são o mesmo que as representações envolvidas na percepção. O *representacionismo indireto* sustenta que a percepção é indireta e que os traços são distintos das representações envolvidas na percepção. Como De Brigard enfatiza, o que importa aqui, em última instância, são as relações entre os conteúdos, e não os veículos. Ele, assim, distingue entre *invariantismo acerca do conteúdo*, que sustenta que o conteúdo do traço é o mesmo que o da representação perceptual, e *variantismo acerca do conteúdo*, que sustenta que o conteúdo do traço pode diferir do conteúdo da representação perceptual. Na prática, como a distinção invariantismo/variantismo atravessa a distinção semidireto/indireto, que diz respeito às relações entre veículos em vez de entre conteúdos, os representacionismos semidireto e indireto podem, muitas vezes, ser agrupados. O *representacionismo direto* sustenta que a percepção é direta e que os traços são criados após a percepção ocorrer. Estendendo a nomenclatura de De Brigard, o *relacionismo direto* sustentaria que a percepção é direta e que o lembrar não envolve traços.

A abordagem de De Brigard não leva em conta, explicitamente, a relação entre traços e representações evocadas. Porém, levar em conta essa relação amplia o leque de posições possíveis. Como antes, a percepção pode ser considerada como sendo tanto direta quanto indireta. Se a percepção for direta, o armazenamento pode ser considerado como não envolvendo traços ou como envolvendo traços. Se o armazenamento não envolve traços, a evocação pode ser considerada como sendo direta ou indireta. A primeira possibilidade corresponde a uma versão mais direta de relacionismo direto. A segunda possibilidade, na qual nem percepção nem armazenamento envolvem representações, mas na qual a evocação envolve representações, seria difícil de motivar, pois é difícil ver de onde o conteúdo das representações evocadas

poderia vir se não fosse fornecido por traços de memória. Se o armazenamento envolve traços, a evocação pode, mais uma vez, ser considerada direta ou indireta. A primeira possibilidade, na qual nem a percepção nem a evocação envolvem representações, mas na qual o armazenamento envolve representações, seria difícil de motivar, pois é difícil ver que papel os traços poderiam desempenhar, já que eles não iriam contribuir para a evocação. Essa última possibilidade é a forma natural de entender o representacionismo direto.

Se a percepção for indireta, o armazenamento pode ser considerado como não envolvendo traços ou como envolvendo traços. Se o armazenamento não envolver traços, a evocação poderia ser considerada como sendo direta ou indireta. A primeira possibilidade, na qual a percepção envolve representações, mas nem o armazenamento nem a evocação envolvem representações, seria difícil de motivar, já que as considerações que motivam o relacionismo sobre a memória também motivam o relacionismo sobre a percepção. A última possibilidade, na qual a percepção e a evocação envolvem representações, mas o armazenamento não as envolve, corresponde aproximadamente a uma visão defendida por Vosgerau (2010); nessa visão, o armazenamento pode, em um sentido, envolver traços, mas não se pode dizer que os traços armazenados, devido ao seu caráter inativo, tenham conteúdo. Se o armazenamento envolve traços, a evocação poderia ser considerada como sendo direta ou indireta. A primeira possibilidade, na qual percepção e armazenamento envolvem representações, mas a evocação não as envolve, seria difícil de motivar, dado que, novamente, as considerações que motivam o relacionismo sobre a memória também motivam o relacionismo sobre a percepção. A última possibilidade é a forma natural de entender tanto o representacionismo semidireto quanto o representacionismo indireto.

Levar em conta a relação entre traços e representações evocadas também complica a distinção entre invariantismo acerca do conteúdo e variantismo acerca do conteúdo. De Brigard aplica a distinção à relação entre os conteúdos das representações perceptuais e os conteúdos dos traços. Ela também pode ser aplicada à relação entre os conteúdos dos traços e os conteúdos das representações evocadas. Mas o que importa aqui, em última instância, é a relação entre os conteúdos das representações perceptuais e os conteúdos das representações evocadas. Alguém é um invariantista de

conteúdo, no que diz respeito a essa relação, se sustenta que o conteúdo da representação evocada é o mesmo que o conteúdo da representação perceptual, e alguém é um variantista de conteúdo se sustenta que o conteúdo da representação evocada pode diferir do conteúdo da representação perceptual. Qualquer visão em que tanto a percepção quanto a evocação envolvem representações – incluindo o representacionismo semidireto, o representacionismo indireto e algo como a visão de Vosgerau – pode ser combinada com o invariantismo acerca do conteúdo ou o variantismo acerca do conteúdo.

Os filósofos têm frequentemente tratado a memória como um processo basicamente preservativo, mas não se deve considerar que isso sugira que o invariantismo acerca do conteúdo é a visão padrão na filosofia. Embora tenha havido tentativas de identificar formas puramente preservativas de memória (Dokic 2001), a maioria das teorias filosóficas do lembrar permite dois tipos de variação entre o conteúdo das representações evocadas e o conteúdo das representações perceptuais. Primeiramente, todas as teorias permitem a subtração do conteúdo através do esquecimento. Em segundo lugar, muitas teorias permitem a adição de conteúdo de segunda ordem, autorreflexivo, do tipo descrito na seção 3. Assim, o variantismo acerca do conteúdo é, de fato, a visão padrão. Observe, entretanto, que a forma padrão do variantismo acerca do conteúdo permite a adição de conteúdo de segunda ordem referente à relação do sujeito com o evento lembrado, mas proíbe a adição de conteúdo de primeira ordem referente ao evento em si. A maioria das teorias do lembrar, portanto, continuam preservacionistas em espírito. Outra forma possível de variantismo acerca do conteúdo permite a adição tanto de conteúdo de segunda ordem quanto de conteúdo de primeira ordem. As teorias geracionistas do lembrar requerem essa forma mais radical de variantismo acerca do conteúdo.

6. Acurácia

As formas geracionistas de variantismo acerca do conteúdo levantam a questão da acurácia na memória de uma forma especialmente vívida: se o conteúdo da representação evocada pode diferir daquele do traço, que, por sua vez, pode diferir daquele da representação perceptual – ou se, como alega a

teoria da simulação, não houver necessidade de traços ligando a representação evocada e a representação perceptual – não parece haver garantia de que a memória nos forneça representações acuradas de eventos passados. As formas geracionistas de variantismo acerca do conteúdo não garantem, entretanto, inacurácia, e as formas preservacionistas de variantismo acerca do conteúdo não garantem acurácia, pois a acurácia da memória tem duas dimensões distintas.

6.1 Verdade e autenticidade

Adotando a terminologia de Bernecker (2010), a autenticidade se refere à correspondência entre a representação da memória e a experiência que o sujeito teve do evento passado, enquanto a verdade se refere à correspondência entre a representação da memória e o evento passado ele mesmo. Crucialmente, nenhum dos tipos de acurácia requer o outro. Uma representação evocada pode ser autêntica, mas, se o sujeito percebeu mal [*misperceived*] o evento relevante, ela pode, todavia, não ser verdadeira. Uma representação evocada pode ser verdadeira, mas, se o sujeito percebeu mal o evento relevante, ou se ele percebeu acuradamente um aspecto do evento que seja diferente do que é dado a ele pela representação evocada, ela pode, todavia, não ser autêntica.

Assim, enquanto as formas preservativas de variantismo acerca do conteúdo implicam que as memórias genuínas são sempre autênticas, tais memórias nem sempre são verdadeiras. Autenticidade implica verdade somente onde a experiência original do sujeito, ela mesma, foi acurada em relação ao evento experienciado. Casos de má percepção [*misperception*], mais uma vez, ilustram a possibilidade de autenticidade sem verdade. Preservacionistas que desejam sustentar que as memórias genuínas são sempre verdadeiras devem, portanto, impor isso como um requisito adicional, acima e além do que é exigido pelo cerne de sua teoria. Da mesma forma, enquanto formas gerativas de variantismo acerca do conteúdo permitem que as memórias genuínas sejam, às vezes, inautênticas, tais memórias nem sempre são falsas. Inautenticidade implica falsidade somente onde a experiência original do sujeito foi ao mesmo tempo acurada e completa. Casos de extensão de limite (discutidos acima) ou de

mudança entre perspectivas de campo e do observador (Debus 2007b; McCarroll 2017; Sutton 2010b) ilustram a possibilidade de inautenticidade sem falsidade. Em casos de mudança de perspectiva, o sujeito percebe um evento de uma perspectiva (perspectiva de campo), mas se lembra dele de outra, talvez até vendo a si mesmo na cena (perspectiva do observador); enquanto muitas ou a maioria das memórias do observador são inautênticas (pois elas falham em corresponder à experiência original do sujeito), elas não são necessariamente falsas (pois podem corresponder ao que um observador teria visto). Por essas razões, os geracionistas não sustentam que as memórias genuínas são sempre autênticas. Mas aqueles que desejam sustentar que as memórias genuínas são sempre verdadeiras podem impor isso como um requisito adicional.

6.2 Factividade

Impor esse requisito adicional é afirmar que a memória é *factiva*, no sentido de que as memórias genuínas são necessariamente verdadeiras, ou seja, que as memórias aparentes que não são verdadeiras são *meramente* aparentes. Na filosofia, a visão de que a memória é *factiva* tem sido comum. Os argumentos padrão para a *factividade* da memória são linguísticos, apelando para a aparente incoerência de afirmar simultaneamente que alguém se lembra de um evento e que o evento não ocorreu (Bernecker 2017; cf. o paradoxo de Moore). Avaliar esses argumentos está além do escopo deste verbete, mas observe que eles são controversos mesmo entre aqueles que dão muito peso aos argumentos linguísticos (De Brigard 2017; Hazlett 2010). Entre os naturalistas, que muitas vezes dão menos peso aos argumentos linguísticos, eles são ainda mais controversos. De um ponto de vista naturalista, o objetivo de uma teoria do lembrar deve ser descrever o processo, ele mesmo, do lembrar, independentemente de estarmos intuitivamente inclinados a classificar seus resultados como memórias genuínas ou meramente aparentes. Se o mesmo processo pode ser responsável tanto pela produção de memórias verdadeiras quanto pela produção de memórias falsas, então, uma teoria adequada do lembrar não exigirá que as memórias genuínas sejam sempre verdadeiras – nos termos introduzidos na seção 2, o tipo natural relevante pode incluir tanto

memórias verdadeiras quanto falsas, independentemente de nossa prática linguística comum nos permitir agrupá-las.

Na psicologia, a visão de que a memória é factiva tem sido muito menos comum. Isso não é muito surpreendente, dado que muitas pesquisas psicológicas sobre o lembrar enfocam o lembrar malsucedido: a ideia seria que compreender como o lembrar malsucedido ocorre pode fornecer importantes *insights* sobre os mecanismos responsáveis pelo lembrar bem-sucedido, assim como compreender como ilusões perceptivas e alucinações ocorrem poderia fornecer importantes *insights* sobre a resposta dos mecanismos para uma percepção bem-sucedida. O que é mais surpreendente é que os psicólogos, algumas vezes, foram longe demais na direção oposta, assumindo que, como o lembrar é construtivo, deve ser falso (Ost & Costall 2002). Em efeito, isso é tratar a memória como *contrafactiva* [*counterfactive*]. A distinção entre autenticidade e verdade nos permite ver que o lembrar construtivo e gerativo não precisa ser caracterizado pela falsidade. O caráter gerativo do lembrar aponta, entretanto, para a necessidade de um critério mais sofisticado de verdade (S. Campbell 2014). Embora o fato de que o lembrar é gerativo não implique que as memórias devam ser completamente falsas, ele sugere que elas sejam frequentemente falsas em alguns aspectos. Isso, por sua vez, sugere que o lembrar não precisa ser totalmente acurado para ser totalmente adequado, apontando, assim, para a necessidade de um critério que reconheça que a verdade na memória vem em graus.

7. O Self

A questão da verdade na memória deriva muito de sua importância do papel desempenhado pela memória em relação ao *self*. É um tanto clichê observar que a memória nos torna quem somos, mas a memória está, de fato, intimamente ligada ao *self*.

7.1 Identidade pessoal

Locke ([1689] 1998) – que talvez tenha sido antecipado nisto por Spinoza (Lin 2005) – discutiu a ideia de que o que faz uma pessoa, em um dado

tempo, contar como a mesma pessoa em um tempo anterior é que ela se lembra das experiências da pessoa anterior. Essa *teoria da memória da identidade pessoal* tem sido muito discutida desde Locke (Mathews, Bok & Rabins 2009), e existem problemas substantivos e metodológicos bem conhecidos para ela. O principal problema substantivo é que o critério da memória para a identidade pessoal parece não ser informativo, porque, por definição, alguém pode se lembrar apenas das próprias experiências, não das de outras pessoas – se a memória, então, pressupõe a identidade pessoal, não é informativo dizer que a identidade pessoal pressupõe a memória. Houve tentativas de responder a essa objeção introduzindo a noção de *quase-memória* [*quasi-memory*], que é como a noção de memória sem a implicação da identidade pessoal (Buford 2009; Parfit 1984; Roache 2006; Shoemaker 1970). Embora a noção de quase-memória possa nos permitir desvincular a memória da identidade pessoal, resta saber se ela é empiricamente defensável (Northoff 2000).

O principal problema metodológico é que os argumentos a favor e contra o critério de memória tendem a se basear em experimentos de pensamento envolvendo troca de memória e outros casos como esses. Afastando-se desses casos excêntricos, alguns filósofos têm preferido considerar as implicações de distúrbios reais da memória. Craver (2012; cf. Craver, Kwan, Steindam & Rosenbaum 2014), por exemplo, argumenta, com base em casos de amnésia episódica, como o do conhecido paciente KC (Rosenbaum et al. 2005), que a memória não é um pressuposto de identidade pessoal [*selfhood*]. Outros têm preferido se basear em teorias psicológicas cognitivas da memória autobiográfica. Schechtman (1994, 2011), por exemplo, argumentou que a memória não fornece e não precisa fornecer conexões simples entre momentos de consciência discretos do passado e do presente, mantendo que o que importa, no que diz respeito ao senso de identidade pessoal, é a forma pela qual a memória autobiográfica resume, constrói, interpreta e condensa momentos distintos do passado pessoal para produzir uma narrativa global coerente (cf. Goldie 2012). Abordagens como as de Schechtman parecem envolver uma mudança de assunto, da *identidade pessoal* como tal para o *senso* de identidade pessoal do sujeito. Essa mudança está explícita no exame de Klein e Nichols (2012) do papel da autoconsciência para garantir o senso de identidade pessoal – a sensação de que alguém, agora, é a mesma pessoa que alguém em um tempo

anterior. Roache (2016) questionou a interpretação de Klein e Nichols sobre o caso clínico do qual sua argumentação depende, e o debate sobre a relação entre autoconsciência e o senso de identidade pessoal está em curso (Fernández no prelo e Klein 2016b).

7.2 Memória autobiográfica

Tais abordagens também parecem envolver uma segunda mudança de assunto, da memória *episódica* para a memória *autobiográfica*. O quanto isso realmente constitui uma mudança de assunto é discutível, pois a relação entre memória episódica e memória autobiográfica é, por si só, um assunto de debate. Alguns filósofos sustentam que todas as memórias episódicas são autobiográficas (Hoerl 1999). Na psicologia do desenvolvimento, entretanto, a memória episódica, entendida como uma capacidade de lembrar eventos particulares, é, muitas vezes, tratada como emergindo antes da memória autobiográfica, a qual requer uma capacidade de organizar eventos individuais em narrativas coerentes. Assim, a memória autobiográfica é geralmente entendida como incluindo mais do que memória episódica. A visão influente de Conway e Pleydell-Pearce (2000; cf. Conway 2005), por exemplo, enxerga a memória autobiográfica como emergindo do que eles chamam de *sistema de self-memória*, incluindo uma base de conhecimento autobiográfico contendo informações sobre eventos específicos, eventos gerais e períodos de vida mais amplos. As explicações da *memória semântica pessoal* vão além, descrevendo uma forma de memória para o próprio passado que é distinta tanto da memória episódica quanto da semântica (Renoult, Davidson, Palombo, Moscovitch & Levine 2012). As visões que enfatizam a *narratividade* também são influentes (Hutto 2017); em vez de ver a memória autobiográfica em termos de informação armazenada, Brockmeier (2015), por exemplo, vê o lembrar autobiográfico como um processo no qual as próprias memórias autobiográficas emergem através da construção ativa, por parte do sujeito, de uma narrativa de vida. De maneira interessante, Cosentino (2011) argumenta que a capacidade linguística em ação na construção de narrativas de vida, ela mesma, depende da capacidade de viajar mentalmente no tempo mental, incluindo a memória episódica.

7.2.1 Memória rilkeana

Há, portanto, uma necessidade de trabalhos dedicados à clarificação do conceito de memória autobiográfica. Além de esclarecer a relação entre memória autobiográfica e memória episódica, tais trabalhos também podem levar em conta formas mais exóticas de memória autobiográfica. Rowlands (2015, 2016), por exemplo, introduziu recentemente o conceito de *memória rilkeana*. A memória rilkeana, como Rowlands a define, é um tipo de memória autobiográfica que não é nem episódica nem semântica. As memórias episódicas e semânticas têm conteúdo, mas Rowlands sustenta que essas, às vezes, são transformadas em outra coisa que, embora carente de conteúdo, é, no entanto, reconhecível como uma forma de memória autobiográfica. Essas memórias rilkeanas podem ser corporificadas ou afetivas. As memórias rilkeanas corporificadas se manifestam na forma de disposições corporais e comportamentais, como quando um corredor adota uma certa postura devido a lesões passadas. As memórias rilkeanas afetivas se manifestam quando alguém tem certos sentimentos ou humores em resposta a certos estímulos devido a certas experiências passadas, sem ser capaz de trazer nenhuma informação sobre essas experiências à mente.

7.2.2 Memória e emoção

Embora a memória rilkeana tenha claramente alguma relação com formas reconhecidas de memória, não é, como o próprio Rowlands reconhece, totalmente claro se ela, em última instância, merece o nome “memória”. O conceito de memória rilkeana, no entanto, evidencia o papel do afeto, incluindo a emoção, no lembrar autobiográfico. A relação entre memória e emoção é complexa e multifacetada (ver de Sousa 2017), mas duas questões em particular se destacam. Primeiro, experienciamos rotineiramente as emoções quando lembramos. Essas emoções podem ser entendidas como sendo elas mesmas memórias, especificamente, memórias de emoções passadas, ou podem ser entendidas como sendo emoções presentes direcionadas a eventos passados. Debus (2007a) argumenta a favor desta última possibilidade, mas, mesmo que ela tenha razão, presumivelmente, às vezes, temos lembranças de emoções passadas. Isso, por sua vez, levanta a questão de se as emoções lembradas são

elas mesmas emoções, bem como a questão de como devemos entender as emoções presentes direcionadas às emoções lembradas do passado.

Em segundo lugar, certas emoções, como a *nostalgia*, são necessariamente direcionadas ao passado. Tais emoções intrinsecamente orientadas ao passado levantam questões interessantes. Howard (2012), por exemplo, argumenta que a nostalgia pode surgir em conexão com memórias que são reconhecidas pelo lembrante como sendo inverídicas. Isso implica que uma versão do paradoxo da ficção – o desafio de explicar como um público pode sentir algo em relação a um evento que sabe ser fictício – surge para a memória. Isso também levanta a questão de se a nostalgia sentida em conexão com as memórias que são reconhecidas pelo lembrante como inverídicas é, necessariamente, inapropriada ou se ela pode, em algumas circunstâncias, ser apropriada.

8. Além da Memória Individual

Embora a maioria das pesquisas sobre a metafísica da memória tenha assumido que o lembrar é algo feito por indivíduos por conta própria, essa suposição foi recentemente desafiada, pois os pesquisadores têm se baseado em explicações da cognição como distribuída ou estendida para interrogar o papel da *memória externa*, bem como em ideias do crescente campo interdisciplinar dos estudos de memória para investigar a possibilidade de formas de memória mais ou menos robustamente *coletivas*.

8.1 Memória externa

Uma distinção é, às vezes, feita entre as explicações da cognição *distribuídas* e *estendidas*, com as primeiras referindo-se a uma linha de pesquisa em ciência cognitiva que foca na cognição em sistemas sociotécnicos complexos consistindo em múltiplos componentes humanos e tecnológicos (Hutchins 1995), e, as últimas, a uma corrente em filosofia da mente que foca na cognição em sistemas centrados em sujeitos humanos aumentados por recursos tecnológicos ou, às vezes, sociais (Clark & Chalmers 1998). Explicações de ambos os tipos estão comprometidas com a rejeição das visões tradicionais “intracranialistas” da

cognição e sua substituição pela visão “extracranialista”, de que a cognição, às vezes, excede os limites do encéfalo individual, e a diferença entre elas pode, portanto, ser meramente de ênfase, já que os teóricos da cognição distribuída enfatizam o lembrar em sistemas sociotécnicos, enquanto os teóricos da cognição estendida enfatizam o lembrar em indivíduos tecnologicamente aumentados. Assim, Hutchins (1995) considera como um *cockpit* – ou melhor, o sistema que consiste nos pilotos de um avião em conjunto com vários instrumentos – lembra suas velocidades, enquanto Clark e Chalmers focam no caso de Otto, um paciente (hipotético) de doença de Alzheimer que depende de um caderno de anotações para complementar sua memória não confiável. Enquanto ambas as explicações estão de acordo sobre o ponto de que os recursos externos podem contar como armazéns de memória apenas no contexto de sistemas mais amplos, e, graças a ambas, nos confrontamos com o papel de várias formas de memória externa no lembrar humano.

8.1.1 O conceito de memória externa

Uma questão sobre memória externa diz respeito ao próprio conceito de memória externa. O argumento de Clark e Chalmers apela para aparentes analogias funcionais entre o caderno de Otto e a memória interna em indivíduos sem prejuízos da memória, sugerindo que, em virtude dessas analogias, recursos externos apropriados podem, quando certas condições são satisfeitas, qualificar-se como armazéns literais de memória externa. A oposição ao argumento deles foi, portanto, conduzida por uma variedade de aparentes disanalogias funcionais entre a memória interna e externa (Adams & Aizawa 2008; Rupert 2009). A memória externa, que tende a ser projetada para fornecer armazenamento altamente estável, não reproduz, por exemplo, o caráter construtivo da memória interna. Uma resposta a essas disanalogias é a retirada para uma alternativa mais moderada à cognição estendida, tal como a cognição integrada [*embedded cognition*] (Rupert 2009), a cognição suportada [*scaffolded cognition*] (Arango-Muñoz 2013; Sterelny 2010), ou a cognição situada [*situated cognition*] (Sutton 2009), na qual os recursos externos podem desempenhar um papel vital no lembrar sem que eles próprios participem literalmente do processo de memória. Outra resposta é afastar-se dos argumentos para uma cognição

estendida *baseados na paridade*, do tipo oferecido por Clark e Chalmers, para os argumentos *baseados na complementaridade*, desenvolvidos por Clark em trabalhos subsequentes (por exemplo, Clark 2003). Enquanto os primeiros apelam para analogias funcionais entre memória interna e externa, os últimos apelam para disanalogias funcionais, sugerindo que a memória externa vem a desempenhar um papel no lembrar precisamente porque não mimetiza a memória interna (Sutton 2010a). Dado o caráter construtivo da memória interna, por exemplo, formas estáveis de memória externa podem dar uma contribuição distinta e valiosa para o lembrar.

8.1.2 Consequências cognitivas de novas formas de memória externa

Outra questão diz respeito às consequências cognitivas de nossa crescente dependência de novas formas de memória externa. Independentemente de a memória externa participar literalmente do processo de memória, nossa dependência de tais formas de memória externa, particularmente quando estão conectadas à Internet, pode ter importantes consequências cognitivas (Smart 2012). Alguns temem que essas sejam puramente negativas, com a memória externa diminuindo a memória interna de uma forma ou de outra (por exemplo, Carr 2010), mas se isso, de fato, ocorre é uma questão empírica. Há algumas pesquisas que sugerem que, quando sabemos que a informação estará disponível online, tendemos a nos lembrar de como encontrar essa informação, em vez de nos lembrarmos da própria informação (Sparrow, Liu & Wegner 2011). As consequências de nosso uso de formas de memória externa conectadas à rede, entretanto, apenas começaram a ser estudadas, e pode ser instrutivo lembrar que Platão já expressou a preocupação de que uma tecnologia de memória externa mais antiga, nomeadamente, a própria escrita, teria um impacto negativo em nossa capacidade de lembrar, uma preocupação que a maioria hoje descartaria sem hesitação.

8.2 Memória coletiva

Além da literatura crescente sobre as maneiras pelas quais os recursos tecnológicos contribuem para o lembrar, há uma literatura ampla e dinâmica sobre as maneiras pelas quais os grupos se lembram juntos. Ou melhor, há duas literaturas distintas aqui, uma sobre grupos de *pequena escala*, a outra sobre grupos de *grande escala*. A primeira tem sido investigada principalmente em psicologia, exemplificada por estudos sobre o lembrar em casais casados (Harris, Barnier, Sutton & Keil 2014) ou em díades mãe-filho (Reese, Haden & Fivush 1993). A última tem sido investigada principalmente nas ciências sociais e na história, onde, no que tem sido chamado de “boom da memória” [*memory boom*] (Blight 2009), uma enorme quantidade de trabalhos sobre como as nações e entidades similares se lembram de seus passados têm surgido nos últimos anos. Uma questão de interesse filosófico nessa área geral é a relação entre a memória em grupos de pequena escala e a memória em grupos de grande escala. Há uma interação crescente entre as duas literaturas (Bietti & Sutton 2015; Fagin, Yamashiro & Hirst 2013; Roediger & Abel 2015), e pode acontecer que processos similares de lembrança ocorram tanto em grupos de pequena quanto de grande escala. Mas as memórias coletivas de pequena e de grande escala, como veremos, parecem levantar questões um pouco diferentes, e pode acabar não sendo por acaso que, em grande parte, foram estudadas em diferentes disciplinas.

8.2.1 Memória em grupos de pequena escala

A questão central relativa à memória em grupos de pequena escala talvez seja se tais grupos manifestam formas de memória *emergentes*, robustamente coletivas. Há uma gama de opiniões sobre essa questão (Barnier, Sutton, Harris & Wilson 2008; Wilson 2005), mas a visão conservadora é certamente que, embora o lembrar possa ser afetado pelo contexto social no qual ele ocorre, ele mesmo é sempre um processo estritamente individual. A visão conservadora é o ponto de partida natural, mas há um argumento surpreendentemente bom a favor da visão radical de que o lembrar é às vezes um processo no nível do grupo. Um lugar promissor para procurar formas

robustamente coletivas de memória é nos *sistemas de memória transativa* [*transactive memory systems*] (Wegner 1987): grupos estáveis e contínuos caracterizados por uma divisão de responsabilidade pelo lembrar e por uma consciência metacognitiva compartilhada dessa divisão (Kirchhoff 2016; Theiner, Allen & Goldstone 2010; Tollefsen, Dale & Paxton 2013). Com base na noção de emergência de Wimsatt (1986), por exemplo, Theiner (2013) forneceu um argumento rigoroso para a visão de que os sistemas de memória transativa manifestam uma forma de memória emergente, no sentido de que o grupo tem uma capacidade de memória própria, além daquelas de seus membros individuais. Com base em uma estrutura teórica um pouco diferente, Huebner (2013, 2016) desenvolveu uma abordagem complementar. Assim, enquanto a questão permanece em aberto, a visão conservadora pode não ser mais o ponto de partida óbvio.

8.2.2 Memória em grupos de grande escala

A questão central relativa à memória em grupos de grande escala é se tais grupos são capazes de lembrar de alguma maneira semelhante ao modo como os indivíduos são capazes de lembrar. A aplicação de conceitos desenvolvidos no domínio da memória individual ao domínio da memória coletiva de pequena escala já pode ser problemática; aplicá-los ao domínio da memória coletiva de grande escala pode ser ainda mais problemático. Anastasio et al. (2012), por exemplo, argumentaram que o conceito de *consolidação* (referindo-se ao processo através do qual representações instáveis de memória de curto prazo são transformadas em representações estáveis de memória de longo prazo) aplica-se tanto no nível dos indivíduos quanto no nível das sociedades, mas esse argumento pode ignorar as disanalogias entre a memória interna e externa mencionadas acima. De forma similar, Tanesini (no prelo) argumenta que o conceito de *amnésia* (referindo-se à incapacidade de um agente de evocar memórias que normalmente poderiam ser evocadas) aplica-se tanto no nível dos indivíduos quanto no nível das sociedades, mas há poucas evidências de que os padrões de lembrar e esquecer no nível social correspondam particularmente bem aos padrões no nível individual. Na mesma linha geral, Szpunar e Szpunar (2016; cf. Merck, Topcu & Hirst (2016))

argumentaram que o conceito de *pensamento episódico futuro* (introduzido acima) se aplica tanto no nível dos indivíduos quanto no nível das sociedades, mas não está claro se as sociedades são capazes de imaginar seus futuros de formas análogas àquelas em que os indivíduos imaginam seus futuros.

Os conceitos e teorias gerais desenvolvidos em outras áreas da *ontologia social* têm o potencial de lançar mais luz sobre a memória coletiva. Por exemplo, a literatura sobre intencionalidade coletiva (Tollefsen 2006) pode esclarecer a atividade de reminiscência conjunta, que pode ser entendida como uma forma de atenção conjunta ao passado (Hoerl & McCormack 2005; Seemann no prelo). Ao proporcionar um novo caso de teste, a memória coletiva também tem o potencial de lançar luz sobre conceitos e teorias gerais da ontologia social. Smith (2014), por exemplo, salientou que, enquanto muitos objetos sociais (instituições, contratos e afins) são continuantes [*continuants*], no sentido de que perduram no tempo, os atos de fala que, por muitos motivos, fundamentam sua existência, são eventos e, portanto, existem apenas em um dado momento no tempo. Não está claro como os eventos podem embasar a existência de continuantes, e uma solução potencial para esse problema é embasar a existência de objetos sociais não em atos de fala, mas, sim, em formas de memória externa, que são, elas mesmas, continuantes (Ferraris [2010] 2013, 2015).

9. A Epistemologia da Memória

Além de suas implicações para a metafísica da memória, a memória externa e a coletiva podem ter novas implicações para a epistemologia (Carter & Kallestrup 2016; Clark 2015; Michaelian & Arango-Muñoz no prelo). A maioria das pesquisas sobre a epistemologia da memória, entretanto, reflete as preocupações tradicionais da epistemologia individual, incluindo a viabilidade, em relação ao conhecimento da memória, de famílias amplas de teorias epistemológicas, como o internalismo e o externalismo (Madison 2017), e de teorias particulares dentro dessas famílias, como o fundacionismo (Senor 1993), o coerentismo (Olsson & Shogenji 2004) e o confiabilismo e a epistemologia da virtude (Shanton 2011), bem como a relevância para a memória de questões como o ceticismo (Baldwin 2001; Moon 2017) e a circularidade epistêmica

(Alston 1986). Outras pesquisas sobre a epistemologia da memória tratam de questões específicas da memória. Como Frise (2015, Outros Recursos da Internet) aponta, há debates não resolvidos sobre o problema das evidências esquecidas (Harman 1986), o problema da derrota esquecida (A.I. Goldman 1999) e o problema das crenças armazenadas (Moon 2012). Há também debates em curso sobre a suposta analogia entre testemunho e memória (Barnett 2015; Dummett 1994) e a questão de se a memória é uma fonte de conhecimento gerativa ou meramente preservativa (Frise no prelo; Lackey 2005; Matthen 2010; Salvaggio no prelo). As questões da epistemologia da memória, evidentemente, interagem com questões da metafísica da memória, mas, como há um verbete separado sobre a epistemologia da memória, essas interações não serão exploradas aqui em nenhum detalhe.

10. A Ética da Memória

A ética da memória é uma área relativamente nova, mas a pesquisa nessa área já abrange uma série de questões distintas.

10.1 Memória e responsabilidade moral

A pesquisa sobre o lembrar como viagem mental no tempo mental introduzida acima enfatiza a relação entre memória episódica e sua contraparte orientada para o futuro, o pensamento episódico futuro, e há ligações potenciais entre viagem mental no tempo mental e *responsabilidade moral*. Levy (2014; cf. Vierra 2016), por exemplo, argumenta que déficits na memória episódica e no pensamento episódico futuro na psicopatia (Kennett & Matthews 2009; McIlwain 2010) implicam que os psicopatas não podem genuinamente ter a intenção de prejudicar os outros e que, portanto, podem não ter total responsabilidade moral por suas ações. Craver et al. (2016), entretanto, argumentam que sujeitos com déficits na memória episódica e no pensamento episódico futuro fazem juízos morais semelhantes aos feitos por sujeitos normais, sugerindo que mais trabalho precisa ser feito para estabelecer um vínculo definitivo entre a viagem mental no tempo e a responsabilidade moral.

10.2 O dever de lembrar

Alguns pesquisadores têm argumentado que talvez tenhamos o *dever moral de lembrar*. Margalit (2002), por exemplo, argumenta que temos o dever de lembrar as vítimas do mal radical. Tal obrigação – que, como aponta Blustein (2008), poderia ser mantida tanto no nível individual quanto no coletivo – seria coerente com o espírito por trás das comissões da verdade e reconciliação e instituições similares (Neumann & Thompson 2015). Mas a existência de um dever de lembrar é controversa, com alguns sustentando que não há um dever geral de lembrar o passado e até mesmo que, em alguns casos, pode haver um dever de esquecer (Rieff 2016).

10.3 O direito a ser esquecido

Nossa crescente dependência de novas formas de memória externa pode ter ramificações éticas surpreendentes. O padrão para a memória humana é esquecer, e a maior parte das informações que encontramos nunca chega à memória de longo prazo. O padrão para a memória de computador, em contraste, é lembrar, e os pesquisadores estão começando a explorar as implicações éticas de passar de um estado de coisas em que o esquecimento é a norma, no sentido de que as palavras e os atos em geral deixariam poucos traços permanentes, para um em que o lembrar é a norma, no sentido de que muitas de nossas palavras e atos deixam traços digitais mais ou menos permanentes (Mayer-Schönberger 2009). Quando o lembrar é a norma, as pessoas podem, em particular, ser privadas de qualquer oportunidade para um recomeço após se envolverem em comportamentos inadequados, levando alguns a defender o *direito de ser esquecido* (Ghezzi, Pereira & Vesnic-Alujevic 2014; J. Rosen 2012). De um ponto de vista legal e tecnológico, tal direito provavelmente será difícil de ser implementado. Do ponto de vista moral, um direito a ser esquecido pode implicar um dever de esquecer, e não está claro se podemos plausivelmente ser incumbidos de tal dever (Matheson 2013).

10.4 A ética da memória externa

As novas tecnologias de memória externa podem, em última análise, remoldar as normas que regem o lembrar individual (Burkell 2016; O'Hara 2013), mas, mesmo a curto prazo, existem questões éticas urgentes relacionadas ao impacto das *tecnologias de memória externa* sobre a cognição e o *self*. Com relação à cognição, alguns têm, como observado na seção 8, expressado mal-estar sobre o impacto cognitivo do uso cada vez mais prevalente de tais tecnologias (Carr 2010). Outros, entretanto, são mais otimistas (Bell & Gemmell 2009), e avaliar as evidências empíricas para afirmações otimista e pessimistas sobre o impacto cognitivo das tecnologias de memória externa não é tarefa fácil (Heersmink 2016; Loh & Kanai 2016). Com relação ao *self*, Heersmink (2015, no prelo) argumentou que uma perspectiva de mente estendida implica que existem restrições éticas rigorosas contra a interferência nas memórias externas dos indivíduos (cf. N. Levy 2007). Clowes (2013, 2015), entretanto, levantou a possibilidade de que o fato de as formas de memória externa conectadas à internet serem frequentemente fortemente influenciadas por outros agentes que não os indivíduos aos quais pertencem significa que elas não contam como partes da mente dos indivíduos relevantes.

10.5 A ética da modificação e do aprimoramento da memória

Com o surgimento de novas técnicas para alterar o funcionamento dos sistemas de memória – por exemplo, a evocação de uma memória armazenada resulta em um período de reconsolidação durante o qual a memória evocada é lábil e suscetível a modificações, potencialmente permitindo intervenções para alterar memórias traumáticas (Spiers & Bendor 2014) – questões éticas relativas a várias formas de *modificação de memória* têm se tornado mais urgentes (Erlor 2011; Hui & Fisher 2015; N. Levy 2012; Liao & Wasserman 2007). Liao e Sandberg (2008) identificam uma série de questões levantadas pelas tecnologias de modificação de memória; à luz da estreita relação entre a memória e o *self*, notada acima, não surpreende que muitas delas digam respeito aos efeitos da modificação de memória sobre o *self*. Modificar as memórias de alguém pode, por exemplo, limitar seu autoconhecimento, privando-o de oportunidades para

aprender sobre suas próprias ações, ou prejudicar seu senso de agência, privando-o da possibilidade de ver a si mesmo como um agente com relação aos eventos nos quais ele esteve envolvido. No entanto, Liao e Sandberg argumentam que, em certos casos, os benefícios da modificação da memória podem superar seus custos, de modo que não é necessário haver nenhuma barreira ética geral para o uso de tecnologias emergentes de modificação da memória. Grande parte do debate até agora focou na supressão de memórias traumáticas ou indesejáveis, mas questões paralelas são levantadas pelo uso de novos métodos para o *aprimoramento* das capacidades de memória por meios farmacêuticos e outros (Bostrom & Sandberg 2009). Os críticos do debate sobre o aprimoramento da memória, entretanto, têm argumentado que a evidência da eficácia dos métodos relevantes é mista (Zohny 2015) ou que o debate, muitas vezes, negligencia diferenças importantes entre os tipos de memória (Fox, Fitz & Reiner no prelo).

Bibliografia

Leituras adicionais em filosofia: Bernecker & Michaelian (2017) é a pesquisa mais abrangente e atualizada sobre a filosofia da memória disponível, abrangendo todas as principais questões contemporâneas da área, bem como a história da filosofia da memória e da memória nas tradições filosóficas não ocidentais. Nikulin (2015) fornece pesquisas avançadas sobre os antecedentes históricos, mas veja também Herrmann & Chaffin (1988) para textos históricos chave. Grau (2009) e Kania (2009) introduzem questões na filosofia da memória através da discussão de filmes populares.

Leituras adicionais em outras disciplinas: Em psicologia, Draisma (2000) e Danziger (2008) fornecem amplos panoramas históricos de nosso pensamento sobre a memória; eles são complementados por Winter (2012), que se concentra na história mais recente. Roediger, Dudai & Fitzpatrick (2007) é um guia abrangente, mas acessível, para questões da psicologia contemporânea da memória; Tulving & Craik (2000) e Dudai (2002) são guias mais antigos, mas ainda úteis. Para introduções populares à psicologia da memória, ver Schacter (1996), Schacter (2001), e Seamon (2015). No campo mais amplo dos estudos da memória, Tota & Hagen (2016) e Kattago (2015) fornecem introduções

- abrangentes, e Rossington & Whitehead (2007) e Olick, Vinitzky-Seroussi & Levy (2011) coletam textos-chave sobre memória coletiva. Veja também Radstone & Schwarz (2010), Boyer & Wertsch (2009), Nalbantian, Matthews & McClelland (2011), e Groes (2016) para discussões interdisciplinares abrangentes.
- Adams, Fred, 2011, “Husker Du?” *Philosophical Studies*, 153(1): 81–94. doi:10.1007/s11098-010-9663-4
- Adams, Frederick and Kenneth Aizawa, 2008, *The Bounds of Cognition*, Malden, MA: Blackwell.
- Aho, Tuomo, 2014, “Early Modern Theories”, in Knuuttila & Sihvola 2014: 223–238. doi:10.1007/978-94-007-6967-0_6
- Alston, William P., 1986, “Epistemic Circularity”, *Philosophy and Phenomenological Research*, 47(1): 1–30. doi:10.2307/2107722
- Anastasio, Thomas J., Kristen Ann Ehrenberger, Patrick Watson, and Wenyi Zhang, 2012, *Individual and Collective Memory Consolidation: Analogous Processes on Different Levels*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Annis, David B., 1980, “Memory and Justification”, *Philosophy and Phenomenological Research*, 40(3): 324–333. doi:10.2307/2106396
- Anscombe, G.E.M., 1981, “Memory, ‘Experience’, and ‘Causation’”, in *Collected Philosophical Papers*, Vol. 2, Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 120–130.
- Arango-Muñoz, Santiago, 2013, “Scaffolded Memory and Metacognitive Feelings”, *Review of Philosophy and Psychology*, 4(1): 135–152. doi:10.1007/s13164-012-0124-1
- Armstrong, D.M., 1987, “Mental Concepts: The Causal Analysis”, in Richard L. Gregory (ed.), *The Oxford Companion to the Mind*, Oxford: Oxford University Press, pp. 464–465.
- Arstila, Valtteri and Dan Lloyd, 2014, *Subjective Time: The Philosophy, Psychology, and Neuroscience of Temporality*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Atkinson, Richard C. and Richard M. Shiffrin, 1968, “Human Memory: A Proposed System and Its Control Processes”, in Kenneth W. Spence & Janet Taylor Spence (eds.), *Psychology of Learning and Motivation*, Vol. 2, New York: Academic Press, pp. 89–195.
- Audi, Robert, 1995, “Memorial Justification”, *Philosophical Topics*, 23(1): 31–45.

- doi:10.5840/philtopics199523123
- , 2002, “The Sources of Knowledge”, in Paul K. Moser (ed.), *The Oxford Handbook of Epistemology*, Oxford: Oxford University Press, pp. 71–94. doi:10.1093/oxfordhb/9780195301700.003.0003
- Ayer, A.J., 1956, *The Problem of Knowledge*, London: Macmillan.
- Baddeley, Alan D., 2007, *Working Memory, Thought, and Action*, Oxford: Oxford University Press.
- Balcerak Jackson, Magdalena, forthcoming, “Justification by Imagination”, in Dorsch & Macpherson forthcoming.
- Baldwin, Thomas, 2001, “Russell on Memory”, *Principia*, 5(1–2): 187–208. doi:10.5007/17771.
- Barash, Jeffrey Andrew, 2016, *Collective Memory and the Historical Past*, Chicago: University of Chicago Press.
- Barnett, David James, 2015, “Is Memory Merely Testimony from One’s Former Self?” *Philosophical Review*, 124(3): 353–392. doi:10.1215/00318108-2895337
- Barnier, Amanda J., John Sutton, Celia B. Harris, and Robert A. Wilson, 2008, “A Conceptual and Empirical Framework for the Social Distribution of Cognition: The Case of Memory”, *Cognitive Systems Research*, 9(1): 33–51. doi:10.1016/j.cogsys.2007.07.002
- Bartlett, Frederic C., [1932] 1995, *Remembering: A Study in Experimental and Social Psychology*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Bechtel, William, 2001, “The Compatibility of Complex Systems and Reduction: A Case Analysis of Memory Research”, *Minds and Machines*, 11(4): 483–502. doi:10.1023/A:1011803931581
- Bell, C. Gordon and Jim Gemmell, 2009, *Total Recall: How the E-Memory Revolution Will Change Everything*, New York: Dutton.
- Bergson, Henri, [1896] 1911, *Matter and Memory (Matière et mémoire)*, Nancy Margaret Paul and W. Scott Palmer (trans.), London: G. Allen & Co.
- Bernecker, Sven, 2008, *The Metaphysics of Memory*, Dordrecht: Springer. doi:10.1007/978-1-4020-8220-7
- , 2010, *Memory: A Philosophical Study*, Oxford: Oxford University Press. doi:10.1093/acprof:oso/9780199577569.001.0001
- , 2011, “Memory Knowledge”, in Sven Bernecker & Duncan Pritchard (eds.),

- The Routledge Companion to Epistemology, London: Routledge, Ch. 30.
- , 2017, “Memory and Truth”, in Bernecker & Michaelian 2017: Ch. 4.
- Bernecker, Sven and Aaron Bogart, 2015, “Memory”, in Oxford Bibliographies Online: Philosophy, Oxford: Oxford University Press. doi:10.1093/obo/9780195396577-0072
- Bernecker, Sven and Kourken Michaelian (eds.), 2017, The Routledge Handbook of Philosophy of Memory, London: Routledge.
- Berntsen, Dorthe and David C. Rubin (eds.), 2012, Understanding Autobiographical Memory: Theories and Approaches, Cambridge: Cambridge University Press.
- Bickle, J., 2011, “Memory and Neurophilosophy”, in Nalbantian, Matthews & McClelland 2011: 195–215. doi:10.7551/mitpress/9780262014571.003.0010
- Bietti, Lucas M. and John Sutton, 2015, “Interacting to Remember at Multiple Timescales: Coordination, Collaboration, Cooperation and Culture in Joint Remembering”, Interaction Studies, 16(3): 419–450. doi:10.1075/is.16.3.04bie
- Blight, D.W., 2009, “The Memory Boom: Why and Why Now?” in Boyer & Wertsch 2009: 238–251. doi:10.1017/CBO9780511626999.014
- Bloch, David, 2014, “Ancient and Medieval Theories”, in Knuuttila & Sihvola 2014: 205–221. doi:10.1007/978-94-007-6967-0_14
- Block, Ned, 2007, “Consciousness, Accessibility, and the Mesh Between Psychology and Neuroscience”, Behavioral and Brain Sciences, 30(5–6): 481–548. doi:10.1017/S0140525X07002786
- Blustein, Jeffrey, 2008, The Moral Demands of Memory, Cambridge: Cambridge University Press.
- Boghossian, Paul A., 1989, “Content and Self-Knowledge”, Philosophical Topics, 17(1): 5–26. doi:10.5840/philtopics198917110
- Bortolotti, Lisa and Rochelle E. Cox, 2009, “‘Faultless’ Ignorance: Strengths and Limitations of Epistemic Definitions of Confabulation”, Consciousness and Cognition, 18(4): 952–965. doi:10.1016/j.concog.2009.08.011
- Bostrom, Nick and Anders Sandberg, 2009, “Cognitive Enhancement: Methods, Ethics, Regulatory Challenges”, Science and Engineering Ethics, 15(3): 311–341. doi:10.1007/s11948-009-9142-5

- Boyer, Pascal, 2008, "Evolutionary Economics of Mental Time Travel?" *Trends in Cognitive Sciences*, 12(6): 219–224. doi:10.1016/j.tics.2008.03.003
- Boyer, Pascal and James V. Wertsch, 2009, *Memory in Mind and Culture*, Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9780511626999
- Brewer, William F., 1996, "What Is Recollective Memory?" in David C. Rubin (ed.), *Remembering Our Past: Studies in Autobiographical Memory*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 19–66. doi:10.1017/CBO9780511527913.002
- Broad, C.D., 1925, *The Mind and Its Place in Nature*, London: Routledge & Kegan Paul. Tarnier lectures delivered in Trinity College, Cambridge, 1923.
- Brockmeier, Jens, 2015, *Beyond the Archive: Memory, Narrative, and the Autobiographical Process*, Oxford: Oxford University Press. doi:10.1093/acprof:oso/9780199861569.001.0001
- Buford, Christopher, 2009, "Memory, Quasi-Memory, and Pseudo-Quasi-Memory", *Australasian Journal of Philosophy*, 87(3): 465–478. doi:10.1080/00048400802257747
- Burge, Tyler, 1998, "Memory and Self-Knowledge", in Peter Ludlow & Norah Martin (eds.), *Externalism and Self-Knowledge*, Stanford: CSLI Publications, pp. 351–370.
- Burkell, Jacquelyn Ann, 2016, "Remembering Me: Big Data, Individual Identity, and the Psychological Necessity of Forgetting", *Ethics and Information Technology*, 18(1): 17–23. doi:10.1007/s10676-016-9393-1
- Burnham, W.H., 1888, "Memory, Historically and Experimentally Considered. I. An Historical Sketch of the Older Conceptions of Memory", *American Journal of Psychology*, 2(1): 39–90. doi:10.2307/1411406
- Byrne, Alex, 2010, "Recollection, Perception, Imagination", *Philosophical Studies*, 148(1): 15–26. doi:10.1007/s11098-010-9508-1
- Campbell, John, 2001, "Memory Demonstratives", in Hoerl & McCormack 2001: 169–186.
- Campbell, Sue, 2003, *Relational Remembering: Rethinking the Memory Wars*, Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- , 2014, *Our Faithfulness to the Past: The Ethics and Politics of Memory*,

- Oxford: Oxford University Press.
doi:10.1093/acprof:oso/9780199376933.001.0001
- Carr, Nicholas G., 2010, *The Shallows: How the Internet Is Changing the Way We Think, Read and Remember*, New York: W.W. Norton.
- Carruthers, Peter, 2015, *The Centered Mind: What the Science of Working Memory Shows Us About the Nature of Human Thought*, Oxford: Oxford University Press. doi:10.1093/acprof:oso/9780198738824.001.0001
- Carter, J. Adam and Jesper Kallestrup, 2016, "Extended Cognition and Propositional Memory", *Philosophy and Phenomenological Research*, 92(3): 691–714. doi:10.1111/phpr.12157
- Cheng, Sen and Markus Werning, 2016, "What Is Episodic Memory If It Is a Natural Kind?" *Synthese*, 193(5): 1345–1385. doi:10.1007/s11229-014-0628-6
- Clark, Andy, 2003, *Natural-Born Cyborgs: Minds, Technologies, and the Future of Human Intelligence*, Oxford: Oxford University Press.
- , 2015, "What 'Extended Me' Knows", *Synthese*, 192(11): 3757–3775. doi:10.1007/s11229-015-0719-z
- Clark, Andy and David Chalmers, 1998, "The Extended Mind", *Analysis*, 58(1): 7–19. doi:10.1093/analys/58.1.7
- Clayton, Nicola S. and Anthony Dickinson, 1998, "Episodic-Like Memory During Cache Recovery by Scrub Jays", *Nature*, 395(6699): 272–274. doi:10.1038/26216
- Clowes, Robert W., 2013, "The Cognitive Integration of E-Memory", *Review of Philosophy and Psychology*, 4(1): 107–133. doi:10.1007/s13164-013-0130-y
- , 2015, "Thinking in the Cloud: The Cognitive Incorporation of Cloud-Based Technology", *Philosophy & Technology*, 28(2): 261–296. doi:10.1007/s13347-014-0153-z
- Conway, Martin A., 2005, "Memory and the Self", *Journal of Memory and Language*, 53(4): 594–628. doi:10.1016/j.jml.2005.08.005
- Conway, Martin A. and Christopher W. Pleydell-Pearce, 2000, "The Construction of Autobiographical Memories in the Self-Memory System", *Psychological Review*, 107(2): 261–288. doi:10.1037/0033-295X.107.2.261

- Corballis, Michael C., 2011, *The Recursive Mind: The Origins of Human Language, Thought, and Civilization*, Princeton: Princeton University Press.
- Cosentino, Erica, 2011, "Self in Time and Language", *Consciousness and Cognition*, 20(3): 777–783. doi:10.1016/j.concog.2010.12.006
- Craver, Carl F., 2012, "A Preliminary Case for Amnesic Selves: Toward a Clinical Moral Psychology", *Social Cognition*, 30(4): 449–473. doi:10.1521/soco.2012.30.4.449
- Craver, Carl F., Nazim Keven, Donna Kwan, Jake Kurczek, Melissa C. Duff, and R. Shayna Rosenbaum, 2016, "Moral Judgment in Episodic Amnesia", *Hippocampus*, 26(8): 975–979. doi:10.1002/hipo.22593
- Craver, Carl F., Donna Kwan, Chloe Steindam, and R. Shayna Rosenbaum, 2014, "Individuals with Episodic Amnesia Are Not Stuck in Time", *Neuropsychologia*, 57: 191–195. doi:10.1016/j.neuropsychologia.2014.03.004
- Dalla Barba, Gianfranco, 2002, *Memory, Consciousness and Temporality*, Boston: Kluwer.
- , 2016, "Temporal Consciousness and Confabulation: When Mental Time Travel Takes the Wrong Track", in Kourken, Klein & Szpunar 2016d: 119–134. doi:10.1093/acprof:oso/9780190241537.003.0006
- Danziger, Kurt, 2008, *Marking the Mind: A History of Memory*, Cambridge: Cambridge University Press.
- De Brigard, Felipe, 2014a, "Is Memory for Remembering? Recollection as a Form of Episodic Hypothetical Thinking", *Synthese*, 191(2): 155–185. doi:10.1007/s11229-013-0247-7
- , 2014b, "The Nature of Memory Traces", *Philosophy Compass*, 9(6): 402–414. doi:10.1111/phc3.12133
- , 2017, "Memory and Imagination", in Bernecker & Michaelian 2017: Ch. 10.
- De Brigard, Felipe & Bryce S. Gessell, 2016, "Time Is Not of the Essence: Understanding the Neural Correlates of Mental Time Travel", in Michaelian, Klein & Szpunar 2016d: 153–179. doi:10.1093/acprof:oso/9780190241537.003.0008
- de Sousa, Ronald, 2017, "Memory and Emotion", in Bernecker & Michaelian 2017: ch12.

- Debus, Dorothea, 2007a, "Being Emotional About the Past: On the Nature and Role of Past-Directed Emotions", *Noûs*, 41(4): 758–779. doi:10.1111/j.1468-0068.2007.00669.x
- , 2007b, "Perspectives on the Past: A Study of the Spatial Perspectival Characteristics of Recollective Memories", *Mind & Language*, 22(2): 173–206. doi:10.1111/j.1468-0017.2007.00305.x
- , 2008, "Experiencing the Past: A Relational Account of Recollective Memory", *Dialectica*, 62(4): 405–432. doi:10.1111/j.1746-8361.2008.01165.x
- , 2010, "Accounting for Epistemic Relevance: A New Problem for the Causal Theory of Memory", *American Philosophical Quarterly*, 47(1): 17–29.
- , 2014, "'Mental Time Travel': Remembering the Past, Imagining the Future, and the Particularity of Events", *Review of Philosophy and Psychology*, 5(3): 333–350. doi:10.1007/s13164-014-0182-7
- , 2017, "Memory Causation", in Bernecker & Michaelian 2017: Ch. 5.
- Depper, Corin, 2016, "Metaphors of Memory: From the Classical World to Modernity", in Groes 2016: 27–37.
- Deutscher, Max, 1989, "Remembering 'Remembering'", in John Heil (ed.), *Cause, Mind, and Reality: Essays Honoring C.B. Martin*, Dordrecht: Kluwer, pp. 53–72.
- Dokic, Jérôme, 2001, "Is Memory Purely Preservative?" in Hoerl & McCormack 2001: 213–232.
- , 2014, "Feeling the Past: A Two-Tiered Account of Episodic Memory", *Review of Philosophy and Psychology*, 5(3): 413–426. doi:10.1007/s13164-014-0183-6
- Dorsch, Fabian, 2015, "Focused Daydreaming and Mind-Wandering", *Review of Philosophy and Psychology*, 6(4): 791–813. doi:10.1007/s13164-014-0221-4
- Dorsch, Fabian & Fiona Macpherson (eds.), forthcoming, *Perceptual Memory and Perceptual Imagination*, Oxford: Oxford University Press.
- Draaisma, Douwe, 2000, *Metaphors of Memory: A History of Ideas About the Mind (Metaforenmachine een geschiedenis van het geheugen)*, Paul Vincent (trans.), Cambridge: Cambridge University Press.
- Droege, Paula, 2012, "Assessing Evidence for Animal Consciousness: The

- Question of Episodic Memory”, in Julie A. Smith & Robert W. Mitchell (eds.), *Experiencing Animal Minds: An Anthology of Human-Animal Encounters*, New York: Columbia University Press, pp. 231–245.
- Dudai, Yadin, 2002, *Memory from A to Z: Keywords, Concepts and Beyond*, Oxford: Oxford University Press.
- Dummett, Michael, 1994, “Testimony and Memory”, in Bimal K. Matilal & A. Chakrabarti (eds.), *Knowing from Words: Western and Indian Philosophical Analysis of Understanding and Testimony*, Dordrecht: Kluwer, pp. 251–272.
- Ebbinghaus, Hermann, [1885] 1913, *Memory: A Contribution to Experimental Psychology*, Henry A. Ruger and Clara E. Busenius (trans.), New York: Teachers College, Columbia University.
- Eler, Alexandre, 2011, “Does Memory Modification Threaten Our Authenticity?” *Neuroethics*, 4(3): 235–249. doi:10.1007/s12152-010-9090-4
- Fagin, Martin M., Jeremy K. Yamashiro, and William C. Hirst, 2013, “The Adaptive Function of Distributed Remembering: Contributions to the Formation of Collective Memory”, *Review of Philosophy and Psychology*, 4(1): 91–106. doi:10.1007/s13164-012-0127-y
- Feest, Uljana, 2011, “Remembering (Short-Term) Memory: Oscillations of an Epistemic Thing”, *Erkenntnis*, 75(3): 391–411. doi:10.1007/s10670-011-9341-8
- Fernández, Jordi, 2006, “The Intentionality of Memory”, *Australasian Journal of Philosophy*, 84(1): 39–57. doi:10.1080/00048400600571695
- , 2008a, “Memory and Time”, *Philosophical Studies*, 141(3): 333–356. doi:10.1007/s11098-007-9177-x
- , 2008b, “Memory, Past and Self”, *Synthese*, 160(1): 103–121. doi:10.1007/s11229-006-9104-2
- , 2015a, “Epistemic Generation in Memory”, *Philosophy and Phenomenological Research*, 92(3): 620–644. doi:10.1111/phpr.12189
- , 2015b, “What Are the Benefits of Memory Distortion?” *Consciousness and Cognition*, 33: 536–547. doi:10.1016/j.concog.2014.09.019
- , forthcoming, “The Ownership of Memories”, in Manuel García-Carpintero & Marie Guillot (eds.), *The Sense of Mineness*, Oxford: Oxford University Press.

- Ferraris, Maurizio, [2010] 2013, *Documentality: Why It Is Necessary to Leave Traces* (Documentalità. Perché è necessario lasciar tracce), Richard Davies (trans.), New York: Fordham University Press.
- , 2015, “Collective Intentionality or Documentality?” *Philosophy & Social Criticism*, 41(4–5): 423–433. doi:10.1177/0191453715577741
- Ferretti, Francesco and Erica Cosentino, 2013, “Time, Language and Flexibility of the Mind: The Role of Mental Time Travel in Linguistic Comprehension and Production”, *Philosophical Psychology*, 26(1): 24–46. doi:10.1080/09515089.2011.625119
- Foster, Jonathan K. and Marko Jelcic (eds.), 1999, *Memory: Systems, Process, or Function?*, Oxford: Oxford University Press. doi:10.1093/acprof:oso/9780198524069.001.0001
- Fox, Kieran C.R., Nicholas S. Fitz, and Peter B. Reiner, forthcoming, “The Multiplicity of Memory Enhancement: Practical and Ethical Implications of the Diverse Neural Substrates Underlying Human Memory Systems”, *Neuroethics*, first online 8 October 2016. doi:10.1007/s12152-016-9282-7
- Frise, Matthew J., forthcoming, “Preservationism in the Epistemology of Memory”, *Philosophical Quarterly*, pqw074, advanced publication 18 November 2016. doi:10.1093/pq/pqw074
- Furlong, E.J., 1951, *A Study in Memory: A Philosophical Essay*, London: Thomas Nelson.
- Ghezzi, Alessia, Ângela Guimarães Pereira, and Lucia Vesnic-Alujevic (eds.), 2014, *The Ethics of Memory in a Digital Age: Interrogating the Right to Be Forgotten*, London: Palgrave Macmillan.
- Goldie, Peter, 2012, *The Mess Inside: Narrative, Emotion, and the Mind*, Oxford: Oxford University Press. doi:10.1093/acprof:oso/9780199230730.001.0001
- Goldman, Alvin I., 1967, “A Causal Theory of Knowing”, *Journal of Philosophy*, 64(12): 357–372. doi:10.2307/2024268
- , 1999, “Internalism Exposed”, *Journal of Philosophy*, 96(6): 271–293. doi:10.2307/2564679
- Grau, Christopher, 2009, *Eternal Sunshine of the Spotless Mind* (Philosophers on Film), London: Routledge.

- Groes, Sebastian (ed.), 2016, *Memory in the Twenty-First Century: New Critical Perspectives from the Arts, Humanities, and Sciences*, Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan.
- Hacking, Ian, 1995, *Rewriting the Soul: Multiple Personality and the Sciences of Memory*, Princeton: Princeton University Press.
- Halbwachs, Maurice, [1925] 1994, *Les Cadres Sociaux de La Mémoire*, Paris: Albin Michel.
- Hamilton, Andy, 1998, "False Memory Syndrome and the Authority of Personal Memory-Claims: A Philosophical Perspective", *Philosophy, Psychiatry & Psychology*, 5(4): 283–297.
- , 2009, "Memory and Self-Consciousness: Immunity to Error Through Misidentification", *Synthese*, 171(3): 409–417. doi:10.1007/s11229-008-9318-6
- , 2013, *The Self in Question: Memory, the Body, and Self-Consciousness*, Houndmills, UK: Palgrave Macmillan.
- Harman, Gilbert, 1986, *Change in View: Principles of Reasoning*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Harris, C.B., A.J. Barnier, J. Sutton, and P.G. Keil, 2014, "Couples as Socially Distributed Cognitive Systems: Remembering in Everyday Social and Material Contexts", *Memory Studies*, 7(3): 285–297. doi:10.1177/1750698014530619
- Hazlett, Allan, 2010, "The Myth of Factive Verbs", *Philosophy and Phenomenological Research*, 80(3): 497–522. doi:10.1111/j.1933-1592.2010.00338.x
- Heersmink, Richard, 2016, "The Internet, Cognitive Enhancement, and the Values of Cognition", *Minds and Machines*, 26(4): 389–407. doi:10.1007/s11023-016-9404-3
- , 2017, "Extended Mind and Cognitive Enhancement: Moral Aspects of Cognitive Artifacts", *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 16(1): 17–32. doi:10.1007/s11097-015-9448-5
- , forthcoming, "Distributed Selves: Personal Identity and Extended Memory Systems", *Synthese*, first online 28 April 2016. doi:10.1007/s11229-016-1102-4
- Heil, John, 1978, "Traces of Things Past", *Philosophy of Science*, 45(1): 60–72.

doi:10.1086/288779

- Herrmann, Douglas J. and Roger Chaffin, 1988, *Memory in Historical Perspective: The Literature Before Ebbinghaus*, New York: Springer.
- Hirstein, William, 2005, *Brain Fiction: Self-Deception and the Riddle of Confabulation*, Cambridge, MA: MIT Press.
- (ed.), 2009, *Confabulation: Views from Neuroscience, Psychiatry, Psychology, and Philosophy*, Oxford: Oxford University Press. doi:10.1093/acprof:oso/9780199208913.001.0001
- Hoerl, Christoph, 1999, "Memory, Amnesia and the Past", *Mind & Language*, 14(2): 227–251. doi:10.1111/1468-0017.00111
- , 2001, "The Phenomenology of Episodic Recall", in Hoerl & McCormack 2001: 315–338.
- , 2007, "Episodic Memory, Autobiographical Memory, Narrative: On Three Key Notions in Current Approaches to Memory Development", *Philosophical Psychology*, 20(5): 621–640. doi:10.1080/09515080701537988
- , 2008, "On Being Stuck in Time", *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 7(4): 485–500. doi:10.1007/s11097-008-9089-z
- , 2014, "Remembering Events and Remembering Looks", *Review of Philosophy and Psychology*, 5(3): 351–372. doi:10.1007/s13164-014-0191-6
- Hoerl, Christoph and Teresa McCormack (eds.), 2001, *Time and Memory: Issues in Philosophy and Psychology*, Oxford: Oxford University Press.
- , 2005, "Joint Reminiscing as Joint Attention to the Past", in Naomi Eilan, Christoph Hoerl, Teresa McCormack & Johannes Roessler (eds.), *Joint Attention, Communication and Other Minds: Issues in Philosophy and Psychology*, Oxford: Oxford University Press, pp. 260–286. doi:10.1093/acprof:oso/9780199245635.003.0012
- Holland, Alan, 1974, "Retained Knowledge", *Mind*, 83(331): 355–371. doi:10.1093/mind/LXXXIII.331.355
- Holland, R.F., 1954, "The Empiricist Theory of Memory", *Mind*, 63(252): 464–486.
- Hopkins, Robert, 2014, "Episodic Memory as Representing the Past to Oneself", *Review of Philosophy and Psychology*, 5(3): 313–331. doi:10.1007/s13164-014-0184-5
- , forthcoming, "Imagining the Past: On the Nature of Episodic Memory", in

- Dorsch & Macpherson forthcoming.
- Howard, Scott Alexander, 2012, "Nostalgia", *Analysis*, 72(4): 641–650. doi:10.1093/analys/ans105
- Hubbard, Timothy L., Joanna L. Hutchison, and Jon R. Courtney, 2010, "Boundary Extension: Findings and Theories", *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, 63(8): 1467–1494. doi:10.1080/17470210903511236
- Huebner, Bryce, 2013, *Macrocognition: A Theory of Distributed Minds and Collective Intentionality*, Oxford: Oxford University Press. doi:10.1093/acprof:oso/9780199926275.001.0001
- , 2016, "Transactive Memory Reconstructed: Rethinking Wegner's Research Program", *Southern Journal of Philosophy*, 54(1): 48–69. doi:10.1111/sjp.12160
- Hui, Katrina and Carl E. Fisher, 2015, "The Ethics of Molecular Memory Modification", *Journal of Medical Ethics*, 41(7): 515–520. doi:10.1136/medethics-2013-101891
- Hume, David, [1739] 2011, *A Treatise of Human Nature*, Oxford: Clarendon Press.
- Hutchins, Edwin, 1995, "How a Cockpit Remembers Its Speeds", *Cognitive Science*, 19(3): 265–288. doi:10.1207/s15516709cog1903_1
- Hutto, Daniel D., 2017, "Memory and Narrativity", in Bernecker & Michaelian 2017: Ch. 15.
- Hutto, Daniel D. and Erik Myin, 2017, *Evolving Enactivism: Basic Minds Meet Content*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Jackman, Henry, 2005, "Temporal Externalism, Deference, and Our Ordinary Linguistic Practice", *Pacific Philosophical Quarterly*, 86(3): 365–380. doi:10.1111/j.1468-0114.2005.00232.x
- James, Steven, forthcoming, "Epistemic and Non-Epistemic Theories of Remembering", *Pacific Philosophical Quarterly*, first online 4 April 2016. doi:10.1111/papq.12157
- Johnson, Marcia K., 1997, "Source Monitoring and Memory Distortion", *Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological Sciences*, 352(1362): 1733–1745. doi:10.1098/rstb.1997.0156
- Kania, Andrew (ed.), 2009, *Memento*, London: Routledge.

- Kattago, Siobhan (ed.), 2015, *Ashgate Research Companion to Memory Studies*, London: Ashgate.
- Kennett, Jeanette and Steve Matthews, 2009, "Mental Time Travel, Agency and Responsibility", in Matthew Broome & Lisa Bortolotti (eds.), *Psychiatry as Cognitive Neuroscience: Philosophical Perspectives*, Oxford: Oxford University Press, pp. 327–350. doi:10.1093/med/9780199238033.003.0017
- Keven, Nazim, 2016, "Events, Narratives and Memory", *Synthese*, 193(8): 2497–2517. doi:10.1007/s11229-015-0862-6
- Kind, Amy, forthcoming, "How Imagination Gives Rise to Knowledge", in Dorsch & Macpherson forthcoming.
- Kirchhoff, Michael D., 2016, "Composition and Transactive Memory Systems", *Philosophical Explorations*, 19(1): 59–77. doi:10.1080/13869795.2016.1085593
- Klein, Stanley B., 2013, "The Complex Act of Projecting Oneself into the Future", *WIREs Cognitive Science*, 4(1): 63–79. doi:10.1002/wcs.1210
- , 2014, "Autonoesis and Belief in a Personal Past: An Evolutionary Theory of Episodic Memory Indices", *Review of Philosophy and Psychology*, 5(3): 427–447. doi:10.1007/s13164-014-0181-8
- , 2015, "What Memory Is", *WIREs Cognitive Science*, 6(1): 1–38. doi:10.1002/wcs.1333
- , 2016a, "Autonoetic Consciousness: Reconsidering the Role of Episodic Memory in Future-Oriented Self-Projection", *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, 69(2): 381–401. doi:10.1080/17470218.2015.1007150
- , 2016b, "Lost Feeling of Ownership of One's Mental States: The Importance of Situating Patient RB's Pathology in the Context of Contemporary Theory and Empiricism", *Philosophical Psychology*, 29(4): 490–493. doi:10.1080/09515089.2015.1126815
- Klein, Stanley B. and Shaun Nichols, 2012, "Memory and the Sense of Personal Identity", *Mind*, 121(483): 677–702. doi:10.1093/mind/fzs080
- Klein, Stanley B. and Chloe Steindam, 2016, "The Role of Subjective Temporality in Future-Oriented Mental Time Travel", in Michaelian, Klein & Szpunar 2016d: 135–152. doi:10.1093/acprof:oso/9780190241537.003.0007

- Klein, Stanley B., Leda Cosmides, Cynthia E. Gangi, Betsy Jackson, John Tooby, and Kristi A. Costabile, 2009, "Evolution and Episodic Memory: An Analysis and Demonstration of a Social Function of Episodic Recollection", *Social Cognition*, 27(2): 283–319. doi:10.1521/soco.2009.27.2.283
- Klein, Stanley B., Leda Cosmides, John Tooby, and Sarah Chance, 2002, "Decisions and the Evolution of Memory: Multiple Systems, Multiple Functions", *Psychological Review*, 109(2): 306–329. doi:10.1037/0033-295X.109.2.306
- Kneale, Martha, 1971, "The Presidential Address: Our Knowledge of the Past and of the Future", *Proceedings of the Aristotelian Society*, n.s. 72: 1–12. doi:10.1093/aristotelian/72.1.1
- Knuuttila, Simo & Juha Sihvola (eds.), *Sourcebook for the History of the Philosophy of Mind: Philosophical Psychology from Plato to Kant*, Dordrecht: Springer. doi:10.1007/978-94-007-6967-0
- Koriat, Asher and Morris Goldsmith, 1996, "Memory Metaphors and the Real-Life/Laboratory Controversy: Correspondence Versus Storehouse Conceptions of Memory", *Behavioral and Brain Sciences*, 19(2): 167–188. doi:10.1017/S0140525X00042114
- Lackey, Jennifer, 2005, "Memory as a Generative Epistemic Source", *Philosophy and Phenomenological Research*, 70(3): 636–658. doi:10.1111/j.1933-1592.2005.tb00418.x
- Laird, John, 1920, *A Study in Realism*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Levy, Neil, 2007, "Rethinking Neuroethics in the Light of the Extended Mind Thesis", *American Journal of Bioethics*, 7(9): 3–11. doi:10.1080/15265160701518466
- , 2012, "Neuroethics", *WIREs Cognitive Science*, 3(2): 143–151. doi:10.1002/wcs.1157
- , 2014, "Psychopaths and Blame: The Argument from Content", *Philosophical Psychology*, 27(3): 351–367. doi:10.1080/09515089.2012.729485
- Liao, S. Matthew and Anders Sandberg, 2008, "The Normativity of Memory Modification", *Neuroethics*, 1(2): 85–99. doi:10.1007/s12152-008-9009-5
- Liao, S. Matthew and David T. Wasserman, 2007, "Neuroethical Concerns About Moderating Traumatic Memories", *American Journal of Bioethics*, 7(9):

- 38–40. doi:10.1080/15265160701518623
- Lin, Martin, 2005, "Memory and Personal Identity in Spinoza", *Canadian Journal of Philosophy*, 35(2): 243–268. doi:10.1080/00455091.2005.10716589
- Loader, Paul, 2013, "Is My Memory an Extended Notebook?" *Review of Philosophy and Psychology*, 4(1): 167–184. doi:10.1007/s13164-012-0123-2
- Locke, Don, 1971, *Memory*, London: Macmillan.
- Locke, John, [1689] 1998, *An Essay Concerning Human Understanding*, Roger Woolhouse (ed.), London: Penguin.
- Loftus, Elizabeth F., 1996, *Eyewitness Testimony* second edition (first edition 1979), Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Loh, Kep Kee and Ryota Kanai, 2016, "How Has the Internet Reshaped Human Cognition?" *The Neuroscientist*, 22(5): 506–520. doi:10.1177/1073858415595005
- Ludlow, Peter, 1995, "Social Externalism and Memory: A Problem?" *Acta Analytica*, 10(14): 69–76.
- Madison, Brent J.C., 2017, "Internalism and Externalism", in Bernecker & Michaelian 2017: Ch. 22.
- Mahr, Johannes and Gergely Csibra, forthcoming, "Why Do We Remember? The Communicative Function of Episodic Memory", *Behavioral and Brain Sciences*, first online 19 January 2017. doi:10.1017/S0140525X17000012
- Malanowski, Sarah, 2016, "Is Episodic Memory Uniquely Human? Evaluating the Episodic-Like Memory Research Program", *Synthese*, 193(5): 1433–1455. doi:10.1007/s11229-015-0966-z
- Malcolm, Norman, [1963] 1975, *Knowledge and Certainty: Essays and Lectures*, Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Manning, Lilian, Daniel Cassel, and Jean-Christophe Cassel, 2013, "St. Augustine's Reflections on Memory and Time and the Current Concept of Subjective Time in Mental Time Travel", *Behavioral Sciences*, 3(2): 232–243. doi:10.3390/bs3020232
- Margalit, Avishai, 2002, *The Ethics of Memory*, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Martin, C.B. and Max Deutscher, 1966, "Remembering", *Philosophical Review*,

- 75(2): 161–96. doi:10.2307/2183082
- Matheson, David, 2013, “A Duty of Ignorance”, *Episteme*, 10(2): 193–205. doi:10.1017/epi.2013.16
- Mathews, Debra J.H., Hilary Bok, and Peter V. Rabins (eds.), 2009, *Personal Identity and Fractured Selves: Perspectives from Philosophy, Ethics, and Neuroscience*, Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Matthen, Mohan, 2010, “Is Memory Preservation?” *Philosophical Studies*, 148(1): 3–14. doi:10.1007/s11098-010-9501-8
- Mayer-Schönberger, Viktor, 2009, *Delete: The Virtue of Forgetting in the Digital Age*, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- McCarroll, Christopher Jude, 2017, “Looking the Past in the Eye: Distortion in Memory and the Costs and Benefits of Recalling from an Observer Perspective”, *Consciousness and Cognition*, 49: 322–332. doi:10.1016/j.concog.2017.01.014
- McClelland, James L. and David E. Rumelhart, 1986, “A Distributed Model of Human Learning and Memory”, in James L. McClelland & David E. Rumelhart (eds.), *Parallel Distributed Processing: Explorations in the Microstructure of Cognition*, Vol. 2, Cambridge, MA: MIT Press, pp. 170–215.
- McCormack, Teresa, 2015, “The Development of Temporal Cognition”, in Robert M. Lerner (ed.), *Handbook of Child Psychology and Developmental Science*, Hoboken: Wiley, pp. 624–670. doi:10.1002/9781118963418.childpsy215
- McCormack, Teresa and Christoph Hoerl, 2001, “The Child in Time: Temporal Concepts and Self-Consciousness in the Development of Episodic Memory”, in Chris Moore & Karen Lemmon (eds.), *The Self in Time: Developmental Perspectives*, Hoboken: Lawrence Erlbaum, pp. 203–227.
- , 2008, “Temporal Decentering and the Development of Temporal Concepts”, *Language Learning*, 58(s1): 89–113. doi:10.1111/j.1467-9922.2008.00464.x
- McDaniel, Mark A. and Gilles O. Einstein, 2007, *Prospective Memory: An Overview and Synthesis of an Emerging Field*, Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

- Mellwain, Doris, 2010, "Living Strangely in Time: Emotions, Masks and Morals in Psychopathically-Inclined People", *European Journal of Analytic Philosophy*, 6(1): 75–94.
- Merck, Clinton, Meymune N. Topcu, and William Hirst, 2016, "Collective Mental Time Travel: Creating a Shared Future Through Our Shared Past", *Memory Studies*, 9(3): 284–294. doi:10.1177/17506980166645236
- Michaelian, Kourken, 2011a, "Generative Memory", *Philosophical Psychology*, 24(3): 323–342. doi:10.1080/09515089.2011.559623
- , 2011b, "Is Memory a Natural Kind?" *Memory Studies*, 4(2): 170–189. doi:10.1177/1750698010374287
- , 2013, "The Information Effect: Constructive Memory, Testimony, and Epistemic Luck", *Synthese*, 190(12): 2429–2456. doi:10.1007/s11229-011-9992-7
- , 2015, "Opening the Doors of Memory: Is Declarative Memory a Natural Kind?" *WIREs Cognitive Science*, 6(6): 475–482. doi:10.1002/wcs.1364
- , 2016a, "Against Discontinuism: Mental Time Travel and Our Knowledge of Past and Future Events", in Michaelian, Klein & Szpunar 2016d: 62–92. doi:10.1093/acprof:oso/9780190241537.003.0004
- , 2016b, "Confabulating, Misremembering, Relearning: The Simulation Theory of Memory and Unsuccessful Remembering", *Frontiers in Psychology*, 7: 1857. doi:10.3389/fpsyg.2016.01857
- , 2016c, *Mental Time Travel: Episodic Memory and Our Knowledge of the Personal Past*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Michaelian, Kourken, Stanley B. Klein & Karl K. Szpunar (eds.), 2016d, *Seeing the Future: Theoretical Perspectives on Future-Oriented Mental Time Travel*, New York: Oxford University Press. doi:10.1093/acprof:oso/9780190241537.001.0001
- Michaelian, Kourken and Santiago Arango-Muñoz, forthcoming, "Collaborative Memory Knowledge: A Distributed Reliabilist Perspective", in Michelle Meade, Amanda Barnier, Penny Van Bergen, Celia Harris & John Sutton (eds.), *Collaborative Remembering: How Remembering with Others Influences Memory*, Oxford: Oxford University Press.
- Michaelian, Kourken and John Sutton, forthcoming, "Collective Memory", in M. Jankovic & Kirk Ludwig (eds.), *Routledge Handbook of Collective*

- Intentionality, London: Routledge.
- Moon, Andrew, 2012, "Knowing Without Evidence", *Mind*, 121(482): 309–331.
doi:10.1093/mind/fzs048
- , 2013, "Remembering Entails Knowing", *Synthese*, 190(14): 2717–2729.
doi:10.1007/s11229-012-0065-3
- , 2017, "Skepticism and Memory", in Bernecker & Michaelian 2017: Ch. 26.
- Moyal-Sharrock, Danièle, 2009, "Wittgenstein and the Memory Debate", *New Ideas in Psychology*, 27(2): 213–227.
doi:10.1016/j.newideapsych.2008.04.015
- Moyal-Sharrock, Danièle, Volker Munz & Annalisa Coliva (eds.), 2015, *Mind, Language, and Action: Proceedings of the 36th International Wittgenstein Symposium*, Berlin: De Gruyter.
doi:10.1515/9783110378795
- Mullally, Sinéad L. and Eleanor A. Maguire, 2014, "Memory, Imagination, and Predicting the Future: A Common Brain Mechanism?" *The Neuroscientist*, 20(3): 220–234. doi:10.1177/1073858413495091
- Munsat, Stanley, 1967, *The Concept of Memory*, New York: Random House.
- Myin, Erik and Karim Zahidi, 2015, "The Extent of Memory: From Extended to Extensive Mind", in Moyal-Sharrock, Munz & Coliva 2015: 391–408.
doi:10.1515/9783110378795.391
- Nalbantian, Suzanne, Paul M. Matthews, and James L. McClelland (eds.), 2011, *The Memory Process: Neuroscientific and Humanistic Perspectives*, Cambridge, MA: MIT Press.
doi:10.7551/mitpress/9780262014571.001.0001
- Naylor, Andrew, 1971, "B Remembers That P from Time T", *Journal of Philosophy*, 68(2): 29–41. doi:10.2307/2025220
- Neumann, Klaus and Janna Thompson (eds.), 2015, *Historical Justice and Memory*, Madison, WI: University of Wisconsin Press.
- Nikulin, Dmitri, 2015, *Memory: A History*, New York: Oxford University Press.
doi:10.1093/acprof:oso/9780199793839.001.0001
- Northoff, G., 2000, "Are 'Q-Memories' Empirically Realistic? A Neurophilosophical Approach", *Philosophical Psychology*, 13(2): 191–211.
doi:10.1080/09515080050075681
- Olick, Jeffrey K., Vered Vinitzky-Seroussi, and Daniel Levy, 2011, *The Collective*

- Memory Reader, New York: Oxford University Press.
- Olsson, E.J. and T. Shogenji, 2004, "Can We Trust Our Memories? C.I. Lewis's Coherence Argument", *Synthese*, 142(1): 21–41. doi:10.1023/B:SYNT.0000047708.33913.2b
- Ost, James and Alan Costall, 2002, "Misremembering Bartlett: A Study in Serial Reproduction", *British Journal of Psychology*, 93(2): 243–255. doi:10.1348/000712602162562
- Osvath, Mathias and Peter Gärdenfors, 2005, "Oldowan Culture and the Evolution of Anticipatory Cognition", *Lund University Cognitive Science* 122. [Osvath & Gärdenfors 2005 available online]
- Otgaar, Henry, Mark L. Howe, Andrew Clark, Jianqin Wang, and Harald Merckelbach, 2015, "What If You Went to the Police and Accused Your Uncle of Abuse? Misunderstandings Concerning the Benefits of Memory Distortion: A Commentary on Fernández 2015", *Consciousness and Cognition*, 33: 286–290. doi:10.1016/j.concog.2015.01.015
- Otgaar, Henry, Alan Scoboria, and Giuliana Mazzoni, 2014, "On the Existence and Implications of Nonbelieved Memories", *Current Directions in Psychological Science*, 23(5): 349–354. doi:10.1177/0963721414542102
- O'Brien, G.J., 1991, "Is Connectionism Commonsense?" *Philosophical Psychology*, 4(2): 165–178. doi:10.1080/09515089108573024
- O'Hara, Kieron, 2013, "The Technology of Collective Memory and the Normativity of Truth", in Diane P. Michelfelder, Natasha McCarthy & David E. Goldberg (eds.), *Philosophy and Engineering: Reflections on Practice, Principles and Process*, Dordrecht: Springer, pp. 279–290. doi:10.1007/978-94-007-7762-0_22
- O'Loughlin, Ian, forthcoming, "Learning Without Storing: Wittgenstein's Cognitive Science of Learning and Memory", in Michael A. Peters & Jeff Stickney (eds.), *A Companion to Wittgenstein on Education: Pedagogical Investigations*, Dordrecht: Springer.
- Parfit, Derek, 1984, *Reasons and Persons*, Oxford: Oxford University Press.
- Pears, David, 1990, *Hume's System: An Examination of the First Book of His "Treatise"*, Oxford: Oxford University Press.
- Perrin, Denis, 2016, "Asymmetries in Subjective Time", in Michaelian, Klein & Szpunar 2016d: 39–61.

- doi:10.1093/acprof:oso/9780190241537.003.0003
- Perrin, Denis and Kourken Michaelian, 2017, "Memory as Mental Time Travel", in Bernecker & Michaelian 2017: Ch. 18.
- Perrin, Denis and S. Rousset, 2014, "The Episodicity of Memory", *Review of Philosophy and Psychology*, 5(3): 291–312. doi:10.1007/s13164-014-0196-1
- Putnam, Hilary, 1975, "The Meaning of 'Meaning'", in Keith Gunderson (ed.), *Language, Mind, and Knowledge*, Vol. VII, Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 131–193.
- Radstone, Susannah and Bill Schwarz (eds.), 2010, *Memory: Histories, Theories, Debates*, New York: Fordham University Press.
- Reese, Elaine, Catherine A. Haden, and Robyn Fivush, 1993, "Mother-Child Conversations About the Past: Relationships of Style and Memory over Time", *Cognitive Development*, 8(4): 403–430. doi:10.1016/S0885-2014(05)80002-4
- Reid, Thomas, [1764] 1997, *An Inquiry into the Human Mind on the Principles of Common Sense*, Derek B. Brookes (ed.), University Park, PA: Pennsylvania State University Press.
- , [1785] 2002, *Essays on the Intellectual Powers of Man*, Derek B. Brookes (ed.), University Park, PA: Pennsylvania State University Press.
- Renoult, Louis, Patrick S.R. Davidson, Daniela J. Palombo, Morris Moscovitch, and Brian Levine, 2012, "Personal Semantics: At the Crossroads of Semantic and Episodic Memory", *Trends in Cognitive Sciences*, 16(11): 550–558. doi:10.1016/j.tics.2012.09.003
- Rieff, David, 2016, *In Praise of Forgetting: Historical Memory and Its Ironies*, New Haven, CT: Yale University Press.
- Roache, Rebecca, 2006, "A Defence of Quasi-Memory", *Philosophy*, 81(02): 323–355. doi:10.1017/S0031819106316075
- , 2016, "Memory and Mineness in Personal Identity", *Philosophical Psychology*, 29(4): 479–489. doi:10.1080/09515089.2015.1102216
- Robins, Sarah K., 2016a, "Misremembering", *Philosophical Psychology*, 29(3): 432–447. doi:10.1080/09515089.2015.1113245
- , 2016b, "Representing the Past: Memory Traces and the Causal Theory of Memory", *Philosophical Studies*, 173(11): 2993–3013.

- doi:10.1007/s11098-016-0647-x
- , 2017, “Memory Traces”, in Bernecker & Michaelian 2017: Ch. 6.
- , forthcoming, “Confabulation and Constructive Memory”, *Synthese*, first online 6 February 2017. doi:10.1007/s11229-017-1315-1
- Roediger, Henry L. and Magdalena Abel, 2015, “Collective Memory: A New Arena of Cognitive Study”, *Trends in Cognitive Sciences*, 19(7): 359–361. doi:10.1016/j.tics.2015.04.003
- Roediger, Henry L. and James V. Wertsch, 2008, “Creating a New Discipline of Memory Studies”, *Memory Studies*, 1(1): 9–22. doi:10.1177/1750698007083884
- Roediger, Henry L., Yadin Dudai, and Susan M. Fitzpatrick, 2007, *Science of Memory: Concepts*, Oxford: Oxford University Press. doi:10.1093/acprof:oso/9780195310443.001.0001
- Rosen, Deborah A., 1975, “An Argument for the Logical Notion of a Memory Trace”, *Philosophy of Science*, 42(1): 1–10. doi:10.1086/288614
- Rosen, Jeffrey, 2012, “The Right to Be Forgotten”, *Stanford Law Review*, 64: 88.
- Rosenbaum, R. Shayna, Stefan Köhler, Daniel L. Schacter, Morris Moscovitch, Robyn Westmacott, Sandra E. Black, Fuqiang Gao, and Endel Tulving, 2005, “The Case of KC: Contributions of a Memory-Impaired Person to Memory Theory”, *Neuropsychologia*, 43(7): 989–1021. doi:10.1016/j.neuropsychologia.2004.10.007
- Rossington, Michael and Anne Whitehead, 2007, *Theories of Memory: A Reader*, Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Rowlands, Mark, 2009, “Memory”, in John Symons & Paco Calvo (eds.), *The Routledge Companion to Philosophy of Psychology*, London: Routledge, pp. 336–345.
- , 2015, “Rilkean Memory”, *Southern Journal of Philosophy*, 53(S1): 141–154. doi:10.1111/sjp.12118
- , 2016, *Memory and the Self: Phenomenology, Science and Autobiography*, New York: Oxford University Press. doi:10.1093/acprof:oso/9780190241469.001.0001
- Rupert, Robert D., 2009, *Cognitive Systems and the Extended Mind*, New York: Oxford University Press. doi:10.1093/acprof:oso/9780195379457.001.0001

- Russell, Bertrand, 1921, *The Analysis of Mind*, London: G. Allen & Unwin.
- Russell, James and Robert Hanna, 2012, "A Minimalist Approach to the Development of Episodic Memory", *Mind & Language*, 27(1): 29–54. doi:10.1111/j.1468-0017.2011.01434.x
- Ryle, Gilbert, [1949] 2009, *The Concept of Mind*, London: Routledge.
- Salvaggio, Mary, forthcoming, "The Justification of Reconstructive and Reproductive Memory Beliefs", *Philosophical Studies*, first online 27 February 2017. doi:10.1007/s11098-017-0886-5
- Schacter, Daniel L., 1996, *Searching for Memory: The Brain, the Mind, and the Past*, New York: Basic Books.
- , 2001, *The Seven Sins of Memory: How the Mind Forgets and Remembers*, Boston: Houghton Mifflin Harcourt.
- Schacter, Daniel L., Donna Rose Addis, and Randy L. Buckner, 2008, "Episodic Simulation of Future Events: Concepts, Data, and Applications", *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1124(1): 39–60. doi:10.1196/annals.1440.001
- Schacter, Daniel L., Donna Rorse Addis, Demis Hassabis, Victoria C. Martin, R. Nathan Spreng, and Karl K. Szpunar, 2012, "The Future of Memory: Remembering, Imagining, and the Brain", *Neuron*, 76(4): 677–694. doi:10.1016/j.neuron.2012.11.001
- Schacter, Daniel L. and Donna Rose Addis, 2007, "The Cognitive Neuroscience of Constructive Memory: Remembering the Past and Imagining the Future", *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 362(1481): 773–786. doi:10.1098/rstb.2007.2087
- Schacter, Daniel L. and Endel Tulving, 1994, *Memory Systems 1994*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Schechtman, Marya, 1994, "The Truth About Memory", *Philosophical Psychology*, 7(1): 3–18. doi:10.1080/09515089408573107
- , 2011, "Memory and Identity", *Philosophical Studies*, 153(1): 65–79. doi:10.1007/s11098-010-9645-6
- Schellenberg, Susanna, 2014, "The Relational and Representational Character of Perceptual Experience", in Berit Brogaard (ed.), *Does Perception Have Content?*, New York: Oxford University Press, pp. 199–219. doi:10.1093/acprof:oso/9780199756018.003.0008

- Seamon, John G., 2015, *Memory and Movies: What Films Can Teach Us About Memory*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Seemann, Axel, forthcoming, "Reminiscing Together: Joint Experiences, Epistemic Groups, and Sense of Self", *Synthese*, first online 22 July 2016. doi:10.1007/s11229-016-1156-3
- Segesten, Anamaria Dutceac and Jenny Wüstenberg, forthcoming, "Memory Studies: The State of an Emergent Field", *Memory Studies*, first online 20 June 2016. doi:10.1177/1750698016655394
- Senor, Thomas D., 1993, "Internalistic Foundationalism and the Justification of Memory Belief", *Synthese*, 94(3): 453–476. doi:10.1007/BF01064489
- Shanton, Karen, 2011, "Memory, Knowledge and Epistemic Competence", *Review of Philosophy and Psychology*, 2(1): 89–104. doi:10.1007/s13164-010-0038-8
- Shanton, Karen and Alvin Goldman, 2010, "Simulation Theory", *WIREs Cognitive Science*, 1(4): 527–538. doi:10.1002/WCS.33
- Sherry, David F. and Daniel L. Schacter, 1987, "The Evolution of Multiple Memory Systems", *Psychological Review*, 94(4): 439–454. doi:10.1037/0033-295X.94.4.439
- Shoemaker, Sydney, 1970, "Persons and Their Pasts", *American Philosophical Quarterly*, 7(4): 269–285.
- Shope, Robert K., 1973, "Remembering, Knowledge, and Memory Traces", *Philosophy and Phenomenological Research*, 33(3): 303–322. doi:10.2307/2106945
- Smart, Paul R., 2012, "The Web-Extended Mind", *Metaphilosophy*, 43(4): 446–463. doi:10.1111/j.1467-9973.2012.01756.x
- Smith, Barry, 2013, *Memory*, London: Routledge.
- , 2014, "Document Acts", in Anita Konzelmann Ziv & Hans Bernhard Schmid (eds.), *Institutions, Emotions, and Group Agents*, Dordrecht: Springer, pp. 19–31. doi:10.1007/978-94-007-6934-2_2
- Sorabji, Richard, 2006, *Aristotle on Memory*, second edition (first 1972), Chicago: University of Chicago Press.
- Soteriou, Matthew, 2008, "The Epistemological Role of Episodic Recollection", *Philosophy and Phenomenological Research*, 77(2): 472–492. doi:10.1111/j.1933-1592.2008.00199.x

- Sparrow, Betsy, Jenny Liu, and Daniel M. Wegner, 2011, "Google Effects on Memory: Cognitive Consequences of Having Information at Our Fingertips", *Science*, 333(6043): 776–778. doi:10.1126/science.1207745
- Spiers, Hugo J. and Daniel Bendor, 2014, "Enhance, Delete, Incept: Manipulating Hippocampus-Dependent Memories", *Brain Research Bulletin*, 105: 2–7. doi:10.1016/j.brainresbull.2013.12.011
- Squire, Larry R., 2009, "Memory and Brain Systems: 1969–2009", *Journal of Neuroscience*, 29(41): 12711–12716. doi:10.1523/JNEUROSCI.3575-09.2009
- Squires, Richard, 1969, "Memory Unchained", *Philosophical Review*, 78(2): 178–196. doi:10.2307/2184180
- Stanley, Jason, 2011, *Know How*, Oxford: Oxford University Press. doi:10.1093/acprof:oso/9780199695362.001.0001
- Sterelny, Kim, 2010, "Minds: Extended or Scaffolded?" *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 9(4): 465–481. doi:10.1007/s11097-010-9174-y
- Stern, David G., 1991, "Models of Memory: Wittgenstein and Cognitive Science", *Philosophical Psychology*, 4(2): 203–218. doi:10.1080/09515089108573027
- Stoneham, Tom, 2003, "Temporal Externalism", *Philosophical Papers*, 32(1): 97–107. doi:10.1080/05568640309485115
- Suddendorf, Thomas, 2013, *The Gap: The Science of What Separates Us from Other Animals*, New York: Basic Books.
- Suddendorf, Thomas and Michael C. Corballis, 2007, "The Evolution of Foresight: What Is Mental Time Travel, and Is It Unique to Humans?" *Behavioral and Brain Sciences*, 30(3): 299–313. doi:10.1017/S0140525X07001975
- Sutton, John, 1998, *Philosophy and Memory Traces: Descartes to Connectionism*, Cambridge: Cambridge University Press.
- , 2007, "Batting, Habit and Memory: The Embodied Mind and the Nature of Skill", *Sport in Society*, 10(5): 763–786. doi:10.1080/17430430701442462
- , 2009, "Remembering", in Philip Robbins & Murat Aydede (eds.), *The Cambridge Handbook of Situated Cognition*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 217–235.
- , 2010a, "Exograms and Interdisciplinarity: History, the Extended Mind, and

- the Civilizing Process”, in Richard Menary (ed.), *The Extended Mind*, Cambridge, MA: MIT Press, pp. 189–225. doi:10.7551/mitpress/9780262014038.003.0009
- , 2010b, “Observer Perspective and Acentred Memory: Some Puzzles About Point of View in Personal Memory”, *Philosophical Studies*, 148(1): 27–37. doi:10.1007/s11098-010-9498-z
- , 2015, “Remembering as Public Practice: Wittgenstein, Memory, and Distributed Cognitive Ecologies”, in Moyal-Sharrock, Munz & Coliva 2015: 409–443. doi:10.1515/9783110378795.409
- Sutton, John and Kellie Williamson, 2014, “Embodied Remembering”, in Lawrence Shapiro (ed.), *Routledge Handbook of Embodied Cognition*, London: Routledge, pp. 315–325.
- Swinburne, R.G., 1966, “Knowledge of Past and Future”, *Analysis*, 26(5): 166–172. doi:10.1093/analys/26.5.166
- Szpunar, Karl K., 2010, “Episodic Future Thought: An Emerging Concept”, *Perspectives on Psychological Science*, 5(2): 142–162. doi:10.1177/1745691610362350
- Szpunar, Piotr M. and Karl K. Szpunar, 2016, “Collective Future Thought: Concept, Function, and Implications for Collective Memory Studies”, *Memory Studies*, 9(4): 376–389. doi:10.1177/1750698015615660
- Tanesini, Alessandra, forthcoming, “Collective Amnesia and Epistemic Injustice”, in Joseph A. Carter, Andrew Clark, Jesper Kallestrup, Spyridon Orestis Palermos & Duncan Pritchard (eds.), *Socially Extended Epistemology*, Oxford: Oxford University Press.
- Teroni, Fabrice, 2014, “The Epistemological Disunity of Memory”, in Anne Reboul (ed.), *Mind, Values, and Metaphysics: Philosophical Essays in Honor of Kevin Mulligan*, Vol. 2, Dordrecht: Springer, pp. 183–202. doi:10.1007/978-3-319-05146-8_12
- Theiner, Georg, 2013, “Transactive Memory Systems: A Mechanistic Analysis of Emergent Group Memory”, *Review of Philosophy and Psychology*, 4(1): 65–89. doi:10.1007/s13164-012-0128-x
- Theiner, Georg, Colin Allen, and Robert L. Goldstone, 2010, “Recognizing Group Cognition”, *Cognitive Systems Research*, 11(4): 378–395. doi:10.1016/j.cogsys.2010.07.002

- Tollefsen, Deborah, 2006, "From Extended Mind to Collective Mind", *Cognitive Systems Research*, 7(2): 140–150. doi:10.1016/j.cogsys.2006.01.001
- Tollefsen, Deborah, Rick Dale, and Alexandra Paxton, 2013, "Alignment, Transactive Memory, and Collective Cognitive Systems", *Review of Philosophy and Psychology*, 4(1): 49–64. doi:10.1007/s13164-012-0126-z
- Tota, Anna Lisa and Trever Hagen, 2016, *Routledge International Handbook of Memory Studies*, London: Routledge.
- Tulving, Endel, 1972, "Episodic and Semantic Memory", in Endel Tulving & Wayne Donaldson (eds.), *Organization of Memory*, New York: Academic Press, pp. 382–404.
- , 1985a, *Elements of Episodic Memory*, Oxford: Oxford University Press.
- , 1985b, "Memory and Consciousness", *Canadian Psychology/Psychologie Canadienne*, 26(1): 1–12. doi:10.1037/h0080017
- , 2002, "Episodic Memory: From Mind to Brain", *Annual Review of Psychology*, 53(1): 1–25. doi:10.1146/annurev.psych.53.100901.135114
- , 2005, "Episodic Memory and Autoeogenesis: Uniquely Human?" in Herbert S. Terrace & Janet Metcalfe (eds.), *The Missing Link in Cognition: Origins of Self-Reflective Consciousness*, Oxford: Oxford University Press, pp. 3–56. doi:10.1093/acprof:oso/9780195161564.003.0001
- , 2007, "Are There 256 Different Kinds of Memory?" in James S. Nairne (ed.), *The Foundations of Remembering*, New York: Psychology Press.
- Tulving, Endel and Fergus I.M. Craik, 2000, *The Oxford Handbook of Memory*, Oxford: Oxford University Press.
- Tye, Michael, 1998, "Externalism and Memory", *Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary volume* 72(1): 77–94. doi:10.1111/1467-8349.00036
- Urmson, J.O., 1967, "Memory and Imagination", *Mind*, 76(301): 83–91. doi:10.1093/mind/LXXVI.301.83
- Vandekerckhove, Marie and Jaak Panksepp, 2009, "The Flow of Anoetic to Noetic and Autoeogenic Consciousness: A Vision of Unknowing (Anoetic) and Knowing (Noetic) Consciousness in the Remembrance of Things Past and Imagined Futures", *Consciousness and Cognition*, 18(4): 1018–1028. doi:10.1016/j.concog.2009.08.002

- Vierra, Andrew, 2016, "Psychopathy, Mental Time Travel, and Legal Responsibility", *Neuroethics*, 9(2): 129–136. doi:10.1007/s12152-015-9243-6
- von Leyden, W., 1961, *Remembering: A Philosophical Problem*, London: Duckworth.
- Vosgerau, Gottfried, 2010, "Memory and Content", *Consciousness and Cognition*, 19(3): 838–846. doi:10.1016/j.concog.2010.06.021
- Wagoner, Brady, 2017, *The Constructive Mind: Bartlett's Psychology in Reconstruction*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Wegner, Daniel M., 1987, "Transactive Memory: A Contemporary Analysis of the Group Mind", in Brian Mullen & George R. Goethals (eds.), *Theories of Group Behavior*, New York: Springer, pp. 185–208. doi:10.1007/978-1-4612-4634-3_9
- Werning, Markus. and Sen Cheng, 2017, "Taxonomy and Unity of Memory", in Bernecker & Michaelian 2017: Ch. 1.
- Williamson, Timothy, 2000, *Knowledge and Its Limits*, Oxford: Oxford University Press. doi:10.1093/019925656X.001.0001
- Wilson, Robert A., 2005, "Collective Memory, Group Minds, and the Extended Mind Thesis", *Cognitive Processing*, 6(4): 227–236. doi:10.1007/s10339-005-0012-z
- Wimsatt, William C., 1986, "Forms of Aggregativity", in Alan Donagan, Anthony N. Perovich Jr. & Michael V. Wedin (eds.), *Human Nature and Natural Knowledge*, (Boston Studies in the Philosophy of Science 89), Dordrecht: Springer, pp. 259–291. doi:10.1007/978-94-009-5349-9_14
- Winter, Alison, 2012, *Memory: Fragments of a Modern History*, Chicago: University of Chicago Press.
- Wittgenstein, Ludwig, 1980, *Remarks on the Philosophy of Psychology (Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie)*, Vol. 1, G.E.M. Anscombe (trans.), G.E.M. Anscombe and G.H. von Wright (eds.), Oxford: Blackwell.
- Zemach, E.M., 1968, "A Definition of Memory", *Mind*, 77(308): 526–536. doi:10.1093/mind/LXXVII.308.526
- , 1983, "Memory: What It Is, and What It Cannot Possibly Be", *Philosophy and Phenomenological Research*, 44(1): 31–44. doi:10.2307/2107578

Zohny, Hazem, 2015, “The Myth of Cognitive Enhancement Drugs”, *Neuroethics*, 8(3): 257–269. doi:10.1007/s12152-015-9232-9

Outros recursos online

Frise, Matthew J., 2015, Epistemologia da Memória [Epistemology of Memory], in J. Fieser & B. Dowden (eds.), *Internet Encyclopedia of Philosophy*. <http://www.iep.utm.edu/epis-mem/>

A categoria “Memória” no PhilPapers. J. Sutton and M. Trakas. <http://philpapers.org/browse/memory>

A bibliografia “Memória” no *Memory: Oxford Bibliographies Online Research Guide*, de S. Bernecker and A. Brogart.